AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1981/1982

VOL. 6 – Nº 3 MARÇO DE 1982

PERIÓDICOS

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Carlos Derouineau Antunes Neto
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Avicultura 2

Cacau 6

Café 10

Cana-de-Açúcar 19

Pecuária de Corte 26

Pecuária de Leite 32

Suco Cítrico 37

Suinocultura 42

NOTA DA EDIÇÃO

O **Agroanalysis** *deste mês dá continuidade ao Acompanhamento da Safra 1981/82, analisando a situação dos produtos das lavouras ditas perenes (cacau, café, cana-de-açúcar, suco cítrico), além dos produtos cárneos e do leite.*

No que se refere aos produtos de origem animal, as perspectivas para 1982 configuram um quadro de tranqüilidade quanto ao abastecimento interno. A pecuária de corte, que deve registrar um aumento na oferta de carnes da ordem de 9%, atravessa uma fase de baixa rentabilidade, havendo indícios de que ocorrerá uma recuperação dos preços no período de entressafra. Essa expectativa baseia-se nas mudanças havidas no plano de estocagem de entressafra, que reduzem o grau de intervenção estatal no setor. A avicultura, que passa por fase de idêntica desfavorabilidade, deverá acompanhar a pecuária de corte e, num certo sentido, atuar como moderadora de altas indesejáveis, uma vez que seus preços caminham paralelamente aos da bovinocultura. Os preços da carne suína, por sua vez, deverão também apresentar sinais de recuperação, tendo em vista o "enxugamento" do rebanho suinícola, mediante o abate excepcional de matrizes registrado em 1981. Em relação ao leite, o abastecimento dos grandes centros poderá apresentar problemas na entressafra, em virtude das constantes mudanças da política setorial. Isto porque o nível de produção na entressafra é função da alimentação suplementar do gado, a qual só é dada quando os preços do produto são remuneradores.

Os produtos de origem vegetal analisados, que, em conjunto, representam cerca de 18% do valor total exportado pelo país em 1981, configuram uma situação diversa, em relação ao ano de 1982. Enquanto a tendência das cotações do cacau e do açúcar é baixista, o café e o suco cítrico experimentam uma perspectiva mais otimista, em relação ao mercado internacional. No caso do cacau, a fase baixista do mercado baseia-se no fato de a produção vir excedendo o consumo há quatro anos seguidos. No caso do açúcar, a relação estoques/consumo vem crescendo, também desde 1980, estando previsto que atinja 32,21% (a maior dos últimos dois anos), no final da safra 1981/82. Quanto ao café, a perspectiva é de que se verifique uma alta das cotações, principalmente a partir do segundo semestre, em função da quebra da safra brasileira. O suco cítrico, novamente favorecido pela geada na Flórida, terá em 1982 um ano confortável, registrando um novo recorde nas exportações.

COMENTÁRIOS

AVICULTURA

Num mercado cada vez mais oligopolizado, espera-se um ano menos adverso

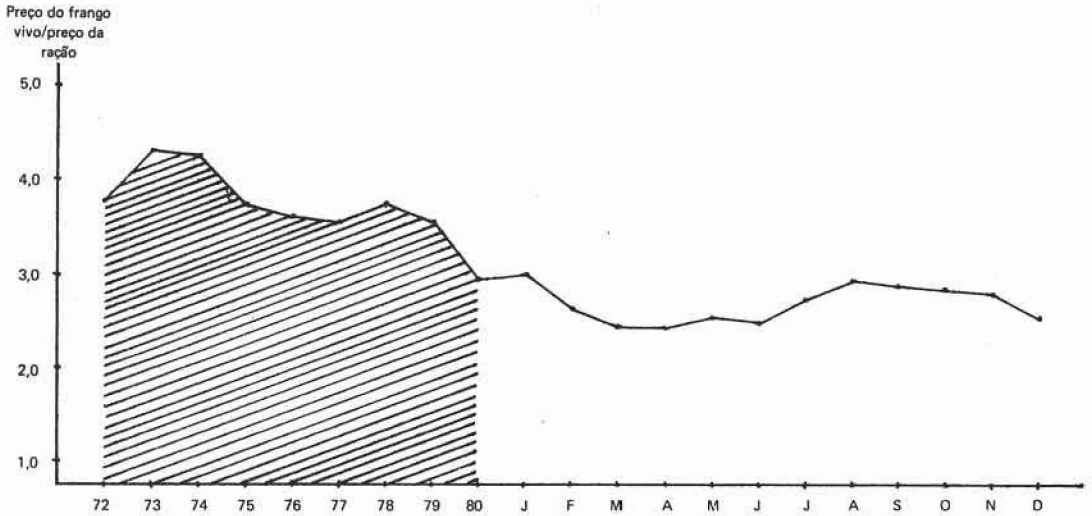
Embora a produção de carne de aves, em 1981, tenha registrado um crescimento de cerca de 8,8%, em comparação com o obtido em 1980, os avicultores brasileiros obtiveram, pela segunda vez consecutiva, resultado econômico desfavorável.

A constatação deste prejuízo pode ser feita através da observação do preço relativo *frango vivo/ração*, pois este, ao registrar valores próximos ou inferiores ao da conversão alimentar das aves (2,5) subentende um achatamento da margem de lucro dos criadores. No Gráfico 1, encontra-se a evolução deste preço relativo, no estado de São Paulo, desde o início da década de 70. Observa-se que os mais altos quocientes correspondem aos anos de acelerado crescimento da produção avícola nacional (entre 1972 e 1973, por exemplo, este crescimento foi da ordem de 36,4%, e de 22,9% entre 1977 e 1978) e que os mais baixos valores verificaram-se no ano passado, quando a média desta relação de preços localizou-se em 2,7.

O acirramento, no ano passado, da crise por que vem passando o setor avícola, teve como causa, mais uma vez, os dois fatores conjunturais que vêm pressionando grandemente a lucratividade dos avicultores: a maior concorrência exercida pela carne bovina no varejo e o contínuo esvaziamento do poder de compra dos consumidores.

GRÁFICO 1

SÃO PAULO: Preço Relativo Frango Vivo/Ração – Médias Anuais 1972-1980 e Médias Mensais de 1981



FONTE: IEA/SP.

Com relação ao primeiro destes dois fatores, verifica-se que a relação média de preços *carne bovina/frango limpo* no varejo de São Paulo passou de 1,94, em 1980, para 1,75, no ano passado, caracterizando uma evolução favorável à compra de carne de boi naquela praça. Quanto ao poder de compra dos consumidores, o que se supõe é que a atual política salarial vem afetando o consumo de proteínas de origem animal nas classes de média e alta rendas (faixas em que se concentra a demanda do mercado de carnes), cujos salários têm sido reajustados em níveis inferiores ao da variação semestral do INPC. É bem verdade, por outro lado, que a média anual da relação *salário mínimo/preço no varejo de São Paulo* variou, entre 1980 e 1981, tanto para a carne bovina quanto para a avícola, de forma favorável ao consumidor. Para a carne bovina, ela passou de 28,4 kg, em 1980, para 34,5 kg, em 1981 (aumento de 21,5%) e, para o frango limpo, de 55,1 kg para 60,6 kg (aumento de 10%). É possível, contudo, que o consumo de carnes por parte das classes de menor renda também tenha-se reduzido, na medida em que a conjuntura inflacionária, em que se encontra a economia, vem-lhes apertando o orçamento doméstico, forçando-os a menor ingestão de alimentos mais caros, que passam a ser substituídos, principalmente, por verduras, legumes e massas.

A movimentação do ciclo pecuário, que se encontra em plena fase de preços descendentes e que traz em seu bojo um maior abate de animais (conseqüentemente, maior oferta desta carne) fez com que o preço médio real da carne bovina, em 1981, em São Paulo, fosse de 21% em relação à média observada em 1980. Procurando adequar-se a este novo perfil de mercado, a avicultura de corte foi obriga a depreciar o valor de seu produto, sem, no entanto, conseguir acompanhar a rápida queda dos preços no setor de carne bovina. Afinal, a produção de aves, uma atividade agroindustrial, não pode prescindir de itens do seu custo de produção que se reajustam institucionalmente, como é o caso da energia e do gás, rubricas que respondem por cerca de 6% do custo de produção da ave. Desta forma, no caso do preço médio real anual no varejo do frango, a depreciação, em 1981, foi de 12,6% em comparação com a média de 1980.

Desta feita, porém, os problemas enfrentados pela avicultura, no país, transcenderam a demanda pelo seu produto, avançando também em direção à disponibilidade de capital próprio do avicultor. Esta, que já se vinha gradualmente reduzindo desde o início da crise, ao dar-se a reversão do ciclo pecuário, continuou a se erodir, dentro do contexto de recessão por que passou a economia no ano passado, intensificando as alterações que já se observavam no perfil da atividade.

Assim, as criações independentes viram-se mais fortemente atingidas pela queda de lucratividade por que vem passando a criação de aves de corte. Isto, ao invés de resultar em um maior benefício ao consumidor varejista, promoveu o aprofundamento da crise e acarretou o alargamento da fatia de mercado pertencente às empresas integradoras, acentuando-se o processo de oligopolização deste mercado.

Paradoxalmente, porém, pode-se apontar esta gradual expulsão dos pequenos avicultores independentes e a crescente presença dos grandes grupos no setor, como o principal fator responsável pela pujança de que ainda goza a avicultura nacional, em plena época de recessão econômica. O crescimento apresentado pela produção de carne de aves, no ano passado, quando a concorrência com a carne bovina apresentou-se particularmente firme, em função, especialmente, de a oferta total desta ter sido da ordem de 2,25 milhões de t (volume que possibilitou uma estocagem de entressafra recorde de 263,5 mil t) respalda-se assim, na acomodação do setor avícola à estrutura integradora de produção, onde a verticalização possibilita rápida adaptação às variações do mercado.

Além do mais, a própria desaceleração do crescimento do setor

de aves de corte, no ano passado, tendo ocasionado uma queda acentuada do consumo de rações, obrigou o setor produtor destes alimentos para animais a rever cautelosamente suas elevações de preços. Desta forma, em 1981, o preço médio real da ração para ave de corte foi 2,4% inferior ao observado em 1980. Cumpre relembrar, também, que, ao menor consumo de alimentos pela avicultura, associou-se, no ano passado, uma disponibilidade de milho 16,2% superior à de 1980, o que pressionou os preços do cereal durante todo o ano*.

Não resta dúvida de que a manutenção do ritmo crescente das exportações brasileiras de frango congelado, garantindo a colocação, no exterior, de cerca de 21,1% da produção nacional de frangos, foi fator que evitou uma maior pressão sobre os preços no mercado interno, pois importou em disponibilidade *per capita* para consumo, no mercado brasileiro, 3,0% inferior à observada em 1980. Ressalte-se, todavia, que, no ano passado, o preço médio recebido pelo frango congelado exportado apresentou queda de US$ 35/t em relação ao obtido em 1980, em função da grande concorrência feita, basicamente, pelo produto de origem francesa** , aliada à gradual saturação dos mercados do Oriente Médio. O que não impediu, contudo, que as vendas brasileiras de frango congelado atingissem o recorde de 295 mil t, 74,9% a mais do que a quantidade comercializada em 1980, num total auferido de cerca de US$ 350 milhões, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Após estes dois anos de prejuízos, coloca-se uma interrogação quanto à possibilidade de, este ano, o setor avícola poder contar com preços de mercado que não só lhe cubram os custos, como, também, propiciem uma margem de lucro aos criadores. Contudo, se, no médio prazo, a perspectiva do setor avícola não chega a ser negra, também não promete ser das mais alvissareiras. Isto porque, se, de um lado, a perspectiva de uma boa safra de milho no Centro-Sul do país aponta para uma elevação comedida dos custos de arraçoamento durante o presente ano, de outro, o aumento dos abates de bovinos nos próximos meses indubitavelmente acarretará maior oferta desta carne, recrudescendo a competição dentro do setor de proteínas animais. Concomitantemente, a arrecadação estadual acena com a cobrança de ICM sobre as vendas de aves, já a partir de abril próximo, o que irá ocasionar um aumento de 3,5% sobre o preço do produto nos balcões varejistas. A título de ilustração, agregando-se esta alíquota ao preço médio do frango limpo no varejo da cidade de São Paulo em 1981, este passaria dos Cr$ 133,39 efetivamente observados, para Cr$ 138,06/kg. Neste caso, a relação *carne bovina/frango limpo* decresceria de 1,75 (observada na prática) para 1,69.

Tudo indica, portanto, que a recuperação financeira deverá ser procurada dentro da própria velocidade de crescimento da produção de carne avícola, pois, no médio prazo, perdurará a tendência de recessão dentro da economia como um todo, o que, em primeira instância, continuará a afetar os orçamentos domésticos em geral.

O Departamento de Agricultura dos EUA recentemente divulgou uma previsão de crescimento da produção brasileira de carne de aves da ordem de 5,3% para o presente ano, em comparação com a tonelagem obtida em 1981. Este percentual (o menor da última década) encontra-se apoiado na certeza de que, este ano, o setor produtivo procurará compensar a queda da demanda com uma racionalização da produção, buscando, também, alcançar novos ganhos tecnológicos (leia-se melhor conversão alimentar).

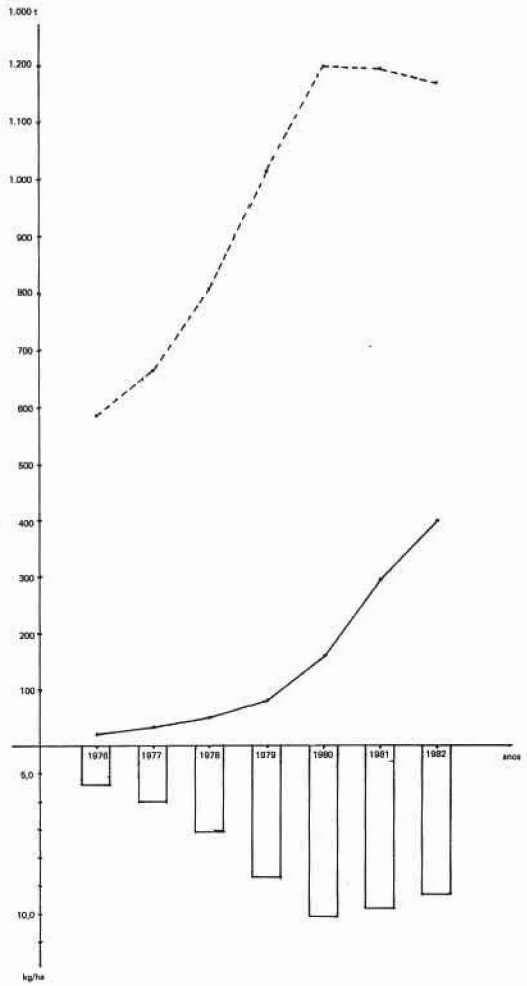
O setor de produção de pintos de corte, desde o ano passado, vem dando flagrantes sinais de que o setor avícola busca adequar seu ritmo de crescimento ao novo perfil que vem tomando o mercado: segundo a Associação dos Produto-

* Ver Agroanalysis, vol. 6 nº 2.

** Em 1980, a CEE dispendeu mais de US$ 90 milhões em subsídios às empresas exportadoras de frangos, montante que, estima-se, teria sofrido elevação substancial no ano passado.

GRÁFICO 2

*BRASIL – Exportação de Frangos Congelados (–), Disponibilidade de Carne de Aves para Consumo Interno (---) e Disponibilidade Interna Per Capita de Carne de Aves – 1976 a 1982 **



* Previsão.
FONTES: UBA, APINCO, FIBGE, USDA.

res de Pintos de Corte, em 1981 produziram-se 1,116 bilhão de pintos de um dia destinados à criação de frangos, enquanto que a capacidade produtiva do setor atingia cerca de 1,5 bilhão de unidades. Ainda segundo aquele órgão, a produção brasileira de carne de frango, no primeiro bimestre deste ano*, deverá ser 25,4% inferior à capacidade prevista pela União Brasileira de Avicultura, a partir de levantamentos mensais de vendas de matrizes de corte.

Na hipótese de vir a concretizar-se a previsão de crescimento de 5,3% na produção brasileira de carne de aves, até o final de 1982 o país terá produzido cerca de 1,57 milhão de t, 25,5% das quais prevê-se que venham a ser exportadas, significando uma disponibilidade para consumo interno de cerca de 1,17 milhão de t, 2,2% a menos do que no ano passado. Desta forma, a oferta interna de carnes bovina, suína e avícola, no presente ano, poderá ultrapassar as 4,54 milhões de t** (considerando-se que há estoque de carne bovina em mãos da Cobal), 3,5% a mais do que o disponível no ano passado, o que, sem dúvida, acarretará uma pressão baixista sobre seus preços, intensificada pela fase difícil por que passa a economia do país.

* Calculada com base em levantamentos mensais de vendas de pintos de corte.

** Especula-se que as exportações brasileiras de carne bovina em 1982 poderão alcançar a meta de 300 mil t em equivalente-carcaça inatingida em 1981.

Não fosse a folga esperada na oferta de milho desta safra, não haveria a menor dúvida quanto ao fato de o desenrolar dos acontecimentos nos próximos meses vir a significar a continuação dos elevados prejuízos no setor avícola. Todavia, o amadurecimento do setor de produção de carne de aves, refletido nas medidas acautelatórias que vêm sendo tomadas, a fim de se evitar uma super-oferta deste produto, faz crer que o presente ano talvez apresente resultados menos desestimulantes aos criadores do que os que foram obtidos em 1981.

CACAU

Apenas uma intervenção do estoque regulador da OIC poderá elevar as cotações

Em 1981, a situação do mercado externo de cacau permaneceu pouco favorável aos países produtores. Durante o primeiro semestre, predominou a tendência baixista que, em maior ou menor grau, tem vigorado desde 1977 (ver Gráfico 1). Tanto as sucessivas reuniões da Organização Internacional do Cacau, como as eventuais suspensões de vendas determinadas pelos principais exportadores africanos, tiveram pouca ou nenhuma repercussão no mercado.

A partir de meados do ano passado, as negociações do Acordo Internacional, ainda que evidenciando uma unidade precária entre os países exportadores, geraram expectativas mais otimistas em relação ao futuro próximo do mercado, constituindo-se em um suporte mais definido para as cotações. Em setembro, iniciaram-se as operações de compra do estoque regulador, aprovadas pela Organização Internacional do Cacau. Em menos de seis meses de intervenção, o gerente do estoque regulador foi levado a comprar 100 mil t de cacau, consumindo a totalidade dos recursos disponíveis (cerca de US$ 220 milhões). Atualmente, a Organização Internacional negocia um empréstimo bancário de US$ 75 milhões que permitirá a aquisição de outras 30 mil t. A perspectiva da concretização dessa operação configura, hoje, a principal base de sustentação das cotações internacionais.

Sem dúvida, os países membros da Organização Internacional conseguiram, em 1981, contornar divergências importantes. Em conseqüência, foi viabilizada a atuação do estoque regulador, mesmo sem a concordância da Costa do Marfim, e dos EUA que, respectivamente, ocupam as primeiras posições dos grupos de produtores e de consumidores de cacau.

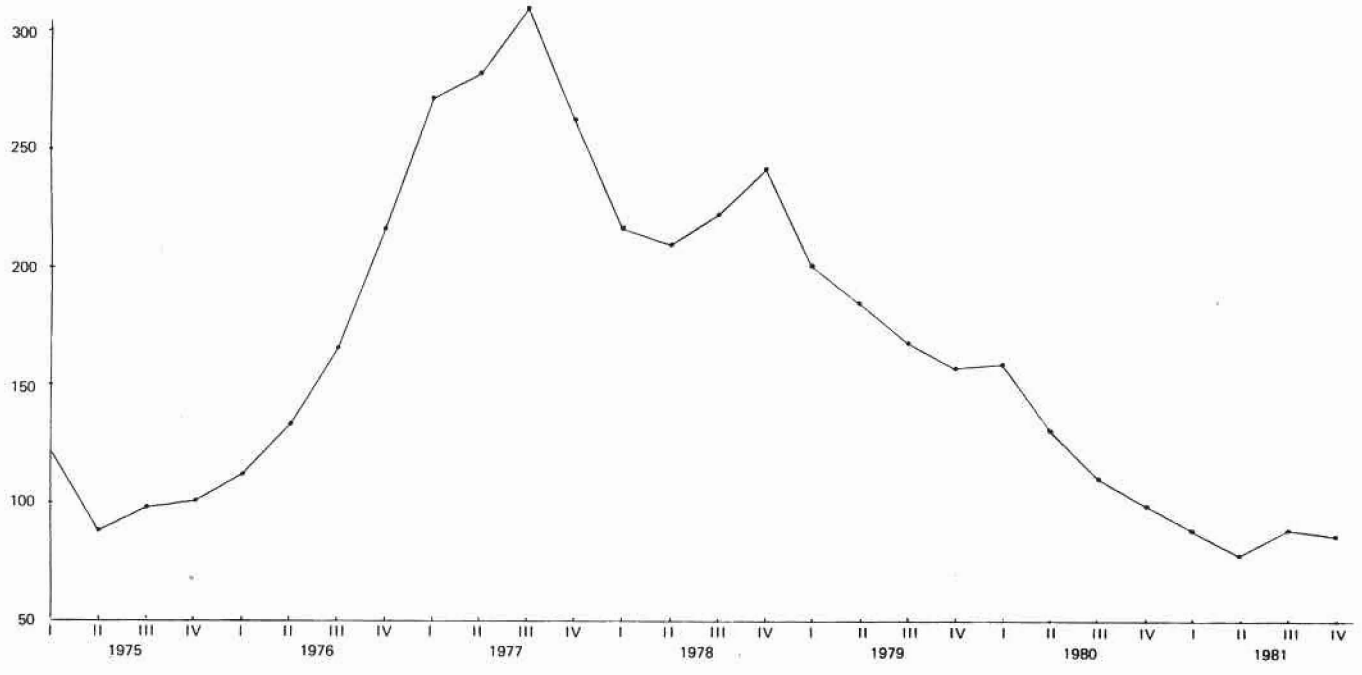
Neste contexto, as condições do mercado, em 1981, não foram benéficas, do ponto de vista dos países exportadores. O Brasil, por exemplo, exportou um volume total de 258

mil t de cacau e derivados – cerca de 8% a menos do que em 1980. A receita cambial, no entanto, caiu mais ainda. Foram arrecadados US$ 600 milhões, ou seja, 16% a menos do que em 1980, quando a receita foi de US$ 711 milhões. Estes números, contudo, não refletem a real gravidade da conjuntura que o mercado atravessa atualmente. A receita cambial brasileira declina, ano após ano, desde 1979, quando foi arrecadado o valor recorde de US$ 953 milhões. Os preços médios das exportações sofrem redução ainda mais prolongada. Em 1977, a tonelada de cacau em amêndoa foi vendida ao exterior ao preço médio de US$ 4.046,00. Em 1981, a média dos preços obtidos não superou os US$ 1.930/t.

Esta situação preocupante decorre do crônico excesso da oferta mundial do produto, fruto dos programas de expansão da lavoura efetuados por diversos países produtores, a partir de meados da década passada.

GRÁFICO 1

CACAU – Evolução das Cotações de Fechamento – 1º Futuro-NY (em US¢/lb-peso)
Valores Trimestrais – Corrigidos para US$ de 1981 – 1975-81



FONTE: Gill & Duffus.

O Brasil, que também promoveu significativa expansão da área do cacau, desde 1981 tem refreado os investimentos em novos plantios. No entanto, alguns dos principais países produtores, como Gana, Nigéria e a Costa do Marfim, recentemente anunciaram a pretensão de aumentar ainda mais suas plantações. Isto acontece numa conjuntura em que as sobras anuais de produção se acumulam a cada ano, forçando os países produtores a formar estoques volumosos que se perdem muitas vezes, por força das precárias condições de armazenagem, mas continuam a inflar as estatísticas internacionais.

A tendência declinante dos preços externos tem resultado em uma cotação também cadente do cacau comercializado internamente. Os preços recebidos pelo produtor baiano declinaram 10% em termos reais, ao longo de 1981. Em comparação com a média dos preços recebidos em 1977, o preço médio real recebido pelo cacauicultor baiano declinou 73% (ver Gráfico 2).

Em face da persistente queda da remuneração do produto, resta ao agricultor diminuir também as despesas de custeio, como forma de minimizar a redução de sua lucratividade. Assim, os tratos culturais vem sendo cada vez mais negligenciados. No entanto, a produção nacional não tem sofrido redução proporcional. Isto ocorre em razão da entrada em produção de cacauais novos, não só em regiões não tradicionais mas, também, na Bahia, além da própria característica da cultura, cuja produtividade não sofre reflexos negativos imediatos à suspensão de alguns tratos culturais. Em outras palavras, a queda da produção de determinada área, considerando-se um período de tempo relativamente curto, não é proporcional à economia de insumos e de tratos de que o produtor lança mão. Todavia, segundo alguns especialistas, a produtividade do cacau baiano poderá sofrer reduções importantes, já a partir do próximo ano internacional (outubro de 1982 a setembro de 1983), caso não sejam reintensificados os tratos da lavoura.

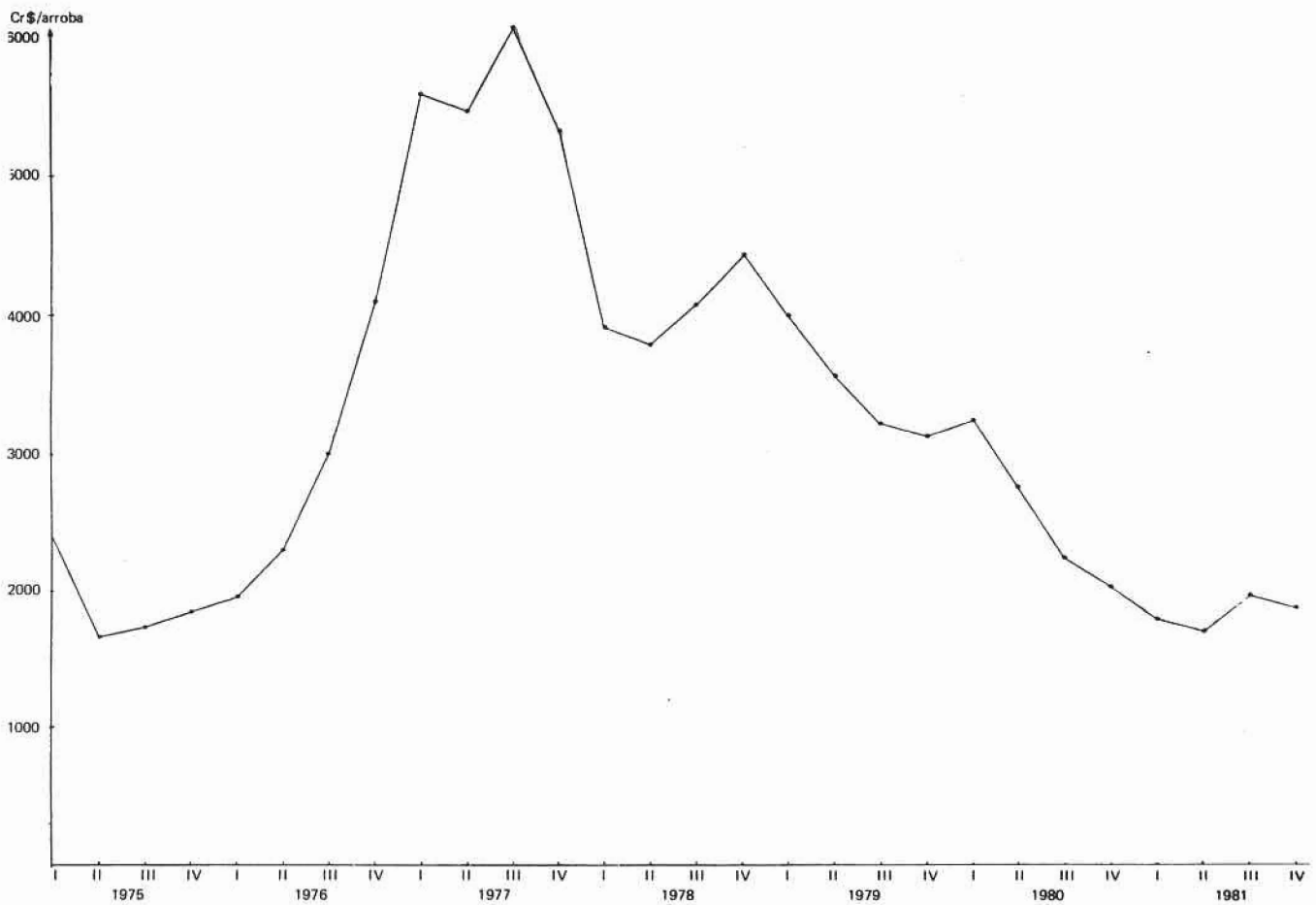
Segundo a corretora inglesa "Gill and Duffus", o Brasil colherá 345 mil t de amêndoas no ano-safra 1981/82 (outubro a setembro). Neste total, a Bahia contribuirá com aproximadamente 321 mil t, sendo 117 mil t referentes à safra principal, que se encerra em abril de 1982 e 204 mil t à safra temporã (maio a setembro de 1982).

A previsão da principal safra baiana aponta para uma redução de 27%, em comparação com a colheita de 1981, estimada em 159 mil t. Segundo informações da região produtora, esta diminuição decorreu basicamente das condições climáticas que vigoraram no período de desenvolvimento da safra. Em março de 1981, ocorreram fortes chuvas no sul da Bahia e inundações em alguns municípios, destruindo parte significativa das flores que, na época, surgiam. A partir de meados de julho de 1981, quando a produção parecia recuperar-se dos danos anteriores, sucedeu um período de seca de aproximadamente setenta dias.

Em relação à safra temporã, as condições climáticas estão radicalmente diferentes, até o momento. Desde dezembro de 1981, quando teoricamente se iniciou o desenvolvimento da safra, o clima tem-se mostrado francamente favorável à cultura. A única exceção, segundo informações do campo, era um pequeno retardo no desenvolvimento dos frutos das lavouras situadas no norte da região cacaueira baiana. Nas últimas semanas, no entanto, a regularidade das chuvas e as elevadas temperaturas registradas aceleraram o crescimento dos frutos. É provável que os primeiros cortes sejam realizados na segunda quinzena de abril e que a colheita propriamente dita, comece na primeira metade de maio. Isto permitirá que o volume de entregas seja significativo, já na primeira semana de junho. De negativo, cabe registrar o surgimento precoce, já em março, dos primeiros focos de podridão parda. Estes focos, que normalmente aparecem em abril, concentram-se no triângulo formado pelos municípios de Pau Brasil, Arataca e

GRÁFICO 2

CACAU – Preços Recebidos pelos Produtores (em Cr$/@)
Valores Médios Trimestrais – Corrigidos para Cr$ de 1981 – 1975 a 1981



FONTE: CEA/FGV.

Jucari, na Bahia, e, segundo informações da região, são ainda perfeitamente controláveis, trazendo pouca ameaça à safra.

Caso as condições climáticas permaneçam, como até agora, favoráveis ao desenvolvimento da cultura, a colheita da safra temporã poderá compensar a quebra verificada na safra principal. Neste caso, a produção baiana no período 1981/82 situar-se-á em nível próximo ao registrado em 1980/81, quando foram colhidas 333 mil t.

Em nível mundial, de acordo com as previsões divulgadas pelas principais fontes internacionais, o estoque acumulado deverá sofrer um novo aumento, em fins de 1981/82. A "Gill and Duffus", em seu boletim de janeiro último, prevê que a produção mundial deverá situar-se em 1,709 milhão de t e que o total de moagens atingirá 1,614 milhão de t (ver Quadro 1). Portanto, durante o ano internacional 1981/82, o excedente da produção em relação ao consumo estimado deverá ser de 95 mil t. Isto elevará o estoque acumulado para 698 mil t no final de 1981/82. Ou seja, no início do próximo ano internacional, o estoque remanescente significará 43% da quantidade consumida no período anterior.

Para se ter uma idéia do que isto significa, é preciso lembrar que o nível dos estoques, previsto para o fim da safra 1981/82, só foi superado pelas reservas acumuladas no pós-guerra, quando ocorreu uma seqüência de sete safras (1958/59 a 1964/65), em que a produção superou

QUADRO 1

CACAU – Evolução da Produção, do Consumo e dos Estoques Mundiais
1971/72 - 1981/82 (1.000 t)

	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
Estoque inicial	569	621	402	323	416	385	271	362	388	510	591
Produção	1.567	1.383	1.434	1.532	1.495	1.326	1.488	1.468	1.600	1.637	1.710
Consumo	1.515	1.602	1.513	1.439	1.526	1.440	1.396	1.442	1.478	1.556	1.613
Estoques no final do período	621	402	323	416	385	271	362	388	510	591	688
% do estoque final em relação ao consumo do ano seguinte	39	27	23	27	27	20	25	26	33	37	41

Nota: Moagens no período 1982/83 estimadas em 1,7 milhão de t.
FONTE: Gill and Duffus – Cocoa Market Report.

anualmente o consumo mundial. Além disso, a atual relação estoque/consumo é a maior desde 1966/67 (ver Quadro 1).

É preciso lembrar, também, que uma parcela significativa do estoque acumulado não se encontra à disposição do mercado. Por exemplo, as 100 mil t adquiridas pelo estoque regulador não serão novamente comercializadas no médio prazo, a não ser para efeito de rotação de estoque. Outro exemplo que merece especial atenção é o grande volume de cacau retido em Gana. Em razão da infraestrutura deficiente de transportes, incompatível com sua capacidade de produção, uma parte ponderável da colheita desse país não consegue tradicionalmente chegar aos portos de embarque, permanecendo no interior. Atualmente, estima-se que Gana detenha um estoque de cerca de 150 mil t, as quais, embora computadas na avaliação do excedente mundial, não estão disponíveis para consumo a médio prazo.

Ainda em relação ao cacau ganense, um levantamento realizado recentemente pelas Forças Armadas do país indicou a existência de sérias divergências entre as declarações de compra das agências estatais e as aquisições efetivamente realizadas. Segundo este levantamento, cerca de 50 mil t de cacau que foram escrituradas na estação 1980/81, simplesmente não existem.

Outro aspecto não considerado na estimativa do estoque remanescente mundial, contribuindo para superdimensioná-lo, diz respeito à qualidade do cacau armazenado. Diversas fontes do mercado afirmam que boa parte do estoque de alguns países africanos, principalmente Gana, é de qualidade duvidosa, a ponto de comprometer o seu aproveitamento industrial.

Além dessas indicações sobre um possível superdimensionamento do estoque mundial, alguns analistas estrangeiros afirmam que a previsão de produção da "Gill and Duffus" para 1981/82 está exagerada. Esses analistas levantam divergências em relação às previsões das safras do Brasil, de Gana e da Costa do Marfim, afirmando que o excedente no final do ano internacional seria de 15 a 20 mil t e não de 95 mil t, como calcula a corretora.

De qualquer modo, a disponibilidade de cacau é, atualmente, elevada e os países produtores precisarão desenvolver um esforço conjunto a fim de impedir novas quedas de preço em 1982. Neste sentido, é de suma importância que cheguem a bom termo as negociações do empréstimo bancário que a Organização Internacional tenta obter para permitir novas aquisições do estoque regulador. A importância da operação não é tanto pela quantidade de cacau que viria a ser retirada do mercado, uma vez que reduziria o estoque mundial em apenas 30 mil t, elevando a quantidade total comprada pelo estoque regulador para 130 mil t. O revigoramento financeiro do estoque regulador é imprescindível, porém, em razão das diversas medidas paralelas de sustentação de preços que serão promovidas pelos países produtores, motivadas pela continuidade da atuação deste estoque.

A não-obtenção do empréstimo, ao contrário, significará praticamente a extinção do Acordo Internacional, visto que os recursos financeiros, hoje disponíveis, são praticamente nulos.

Em relação ao futuro imediato do mercado, é provável que as cotações internacionais apresentem, durante 1982, certa estabilidade ou, no máximo, declinem levemente. Isto, na hipótese de continuidade das operações do estoque regulador e da manutenção do ritmo atual de recuperação do consumo. Neste caso, a receita cambial brasileira poderá sofrer um leve aumento, em comparação com o resultado do ano passado. Supondo que sejam exportadas 350 mil t de cacau e derivados, a um preço médio entre US$ 2.000/t e US$ 2.200/t, o valor arrecadado estaria na faixa de US$ 700 a US$ 770 milhões.

No entanto, mesmo que o estoque regulador permaneça intervindo no mercado, uma questão permanece sem resposta. Até quando os países produtores, individualmente ou por intermédio da Organização Internacional, terão fôlego para im-

pedir que novas quedas de preço ocorram?

Prever com precisão este momento é impossível. No entanto, em vista do quadro estatístico do mercado e da debilidade da economia dos países produtores, esse momento não parece muito distante no tempo. Seria necessário, portanto, que os principais países produtores analisassem a possibilidade de promover reduções coordenadas de produção para as próximas estações. Do contrário, os fundamentos do mercado, a médio prazo, se farão sentir e os preços do cacau retomarão a trajetória baixista, interrompida nos últimos meses.

CAFÉ

Altas, até quando?

A tendência declinante, que há muito vigorava no mercado internacional de café, aparentemente cedeu lugar, desde junho último, a um processo moderado de elevação dos preços (ver Gráfico 1). Naturalmente, foram vários os fatores que provocaram esta reversão. Entre eles, merecem destaque a ocorrência de geadas no Brasil durante o último inverno e a efetividade do Acordo Internacional, renovado em setembro passado.

Até junho de 1981, quando se iniciou o período de altas em vigor, a tendência declinante era incontestável e se anunciava de duração prolongada. Isto porque, então, já se havia consolidado a previsão de um grande excesso de oferta, em 1981/82, provocado, em grande parte, pela recuperação da colheita brasileira. Além disso, previa-se que o estoque internacional, estimado em 41 milhões de sacas, em setembro de 1982, continuaria aumentando, em 1983 (ver Quadro 1). Em razão desses fatores e de crescentes divergências entre os países produtores, aumentava a descrença quanto à possibilidade de renovação do Acordo Internacional para o período 1981/82.

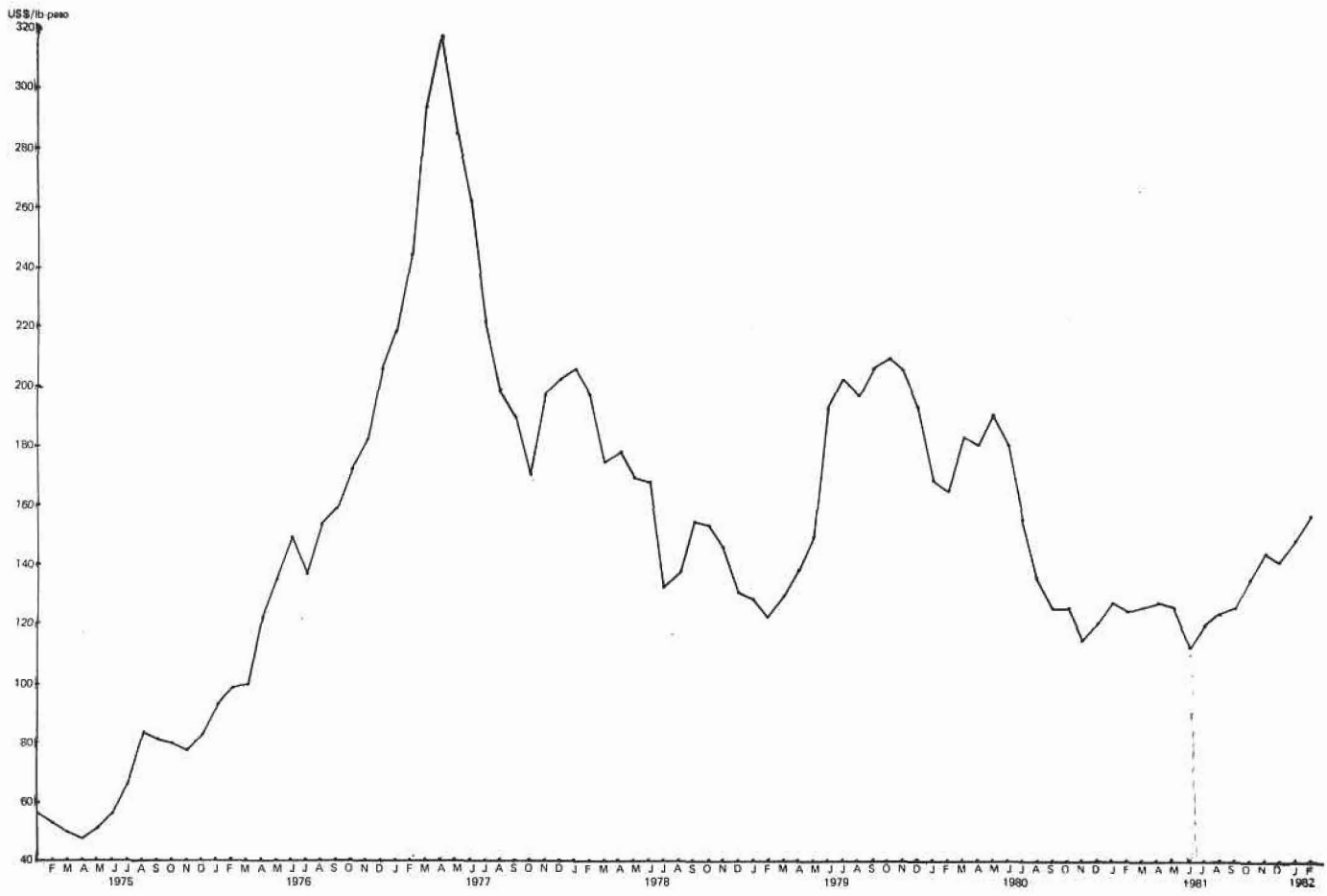
No mês de julho, porém, este panorama foi alterado substancialmente. Nos últimos dias do mês, geadas de grandes proporções atingiram quase que a totalidade das plantações brasileiras de café, comprometendo cerca de 50% da colheita prevista para o ano seguinte. O IBC, em tempo recorde, divulgou sua avaliação dos prejuízos. A colheita de 1982, antes prevista em 28 a 30 milhões de sacas, não ultrapassaria 15 milhões. O USDA, em procedimento diametralmente oposto, divulgou, de dez em dez dias, estimativas acerca dos danos em cada um dos estados atingidos.

Atualmente, depois de algumas reavaliações, o USDA estima que a produção brasileira de 1981/82 deverá situar-se entre 16 e 18 milhões de sacas. A respeito, cabe assinalar que o IBC adia indefinidamente a divulgação de sua reavaliação. Segundo informações de técnicos do IBC, os resultados da pesquisa realizada em novembro (última estimativa da safra 1980/81 e primeira previsão da colheita de 1982) não foram divulgados em razão de erros detectados na determinação da amostra da população cafeeira da Bahia (estado não atingido pela geada). No entanto, existe a suspeita de que a pesquisa tenha atingido resultados superiores aos já publicados. Segundo as mesmas fontes, a pesquisa realizada em novembro estimou a produção de 1981 em 35 milhões de sacas (32,1 milhões de sacas, conforme o levantamento anterior) e a de 1982, em torno de 18,5 milhões de sacas, ao invés dos 14,9 milhões previstos anteriormente. Segundo o USDA, as colheitas dessas duas estações seriam, respectivamente, de 32,5 milhões e de 16 a 18 milhões de sacas. Contudo, a polêmica, que agora se acirra, teve, até o momento, poucos reflexos sobre os preços.

O movimento altista, iniciado em julho de 1981, sofreu importante impulso com a renovação do Acordo Internacional, em setembro. Até dias antes da assinatura formal do pacto, diversos segmentos do mercado alimentavam dúvidas quanto à possibilidade de renovação ou, pelo menos, quanto à efetividade do acordo possível entre produtores e consumidores. A oposição de alguns países à renovação havia-se diluído bastante, em

GRÁFICO 1

CAFÉ – Preços Indicativos da OIC para Café Categoria "Outros Suaves" – Janeiro de 1975 a Fevereiro de 1982 – US$/lb-peso



FONTE: OIC.

razão da geada ocorrida meses antes. No entanto, permaneciam graves divergências entre as nações produtoras, a respeito, principalmente, do critério de determinação de quotas. A negociação no âmbito dos países exportadores foi dificultada ainda mais pela ação dos EUA. Os norte-americanos, movidos por seus interesses na América Central, formularam propostas especialmente favoráveis aos países da região. Alegavam, como aliás ainda alegam, que o mundo padecia de uma escassez de café do tipo produzido pela América Central e que, portanto, o Acordo deveria fixar uma quota proporcionalmente maior para os países daquela região.

Todas as dificuldades só foram superadas quando o Brasil resolveu abandonar as negociações. Neste momento, prevaleceu o bom senso, ou seja, um acordo, mesmo em bases menos favoráveis a alguns países, seria sempre preferível à hipótese de não-renovação.

Mais uma vez, as expectativas se transformaram radicalmente. A conciliação entre os interesses dos países produtores e desses com os das nações consumidoras, que parecia inviável, deu lugar à determinação de uma quota básica para o primeiro trimestre do ano-convênio, que, em seguida, mostrou-se inferior às necessidades de consumo do período. Este aperto de oferta somente ocorreu em razão da inexistência de estoques significativos fora do controle da OIC, como os da Pancafé, cujo alarde, no período anterior foi responsável, em grande medida, pelos baixos preços praticados. As bases estabelecidas na renovação do Acordo contribuíram para que a cotação, em Nova Iorque, de contratos para liquidação em dezembro, aumentasse 10% no último trimestre do ano.

Contudo, não foram apenas esses fatores que provocaram a elevação das cotações. Sem dúvida, a aceleração dos negócios, verificada nos últimos meses de 1981 e que persistiu vigorosa até meados de fevereiro, em muito decorreu do rigor do inverno no Hemisfério Norte e da exigüidade dos estoques em mãos dos países consumidores (ver Quadro 2). Estes dois fatos merecem atenção especial. O inverno, normalmente, provoca pressão adicional sobre as cotações internacionais, em razão do aumento sazonal do consumo no Hemisfério Norte. Este ano, no entanto, esta pressão foi maximizada em razão do próprio rigor do inverno e do reduzido estoque dos torrefadores internacionais.

Os dados do Quadro 2 jogam uma luz sobre a questão. Observe-se que os saldos mensais das reservas norte-americanas declinam, mês após mês, desde fevereiro do ano passado. Além disso, a partir de setembro último, a quantidade estocada caiu para uma faixa inferior até mesmo ao nível apurado em dezembro de 1977 que, até então, era o menor estoque mensal verificado no período considerado. Cabe registrar que a estimativa para janeiro de 1982 é 82% inferior à do mesmo período de 1981.

A escalada dos preços do café resultou, pois, da conjugação de fatores tais como: 1) juros elevados no mercado externo, que oneraram o custo da estocagem; 2) o inesperado aumento do consumo e 3) a impossibilidade de efetuar, em tempo hábil, novas compras junto aos países produtores, cujas ofertas estavam limitadas pelas quotas da OIC. A pressão resultante foi de tal ordem, que a Bolsa de Nova Iorque sofreu dois *squeezes*(1) seguidos; um em dezembro e outro, de intensidade menor, em março.

Normalmente, uma elevação da taxa de juros provoca reflexos negativos sobre as "commodities", exceto em relação àquelas que evidenciam sinais de brusca oscilação a curto prazo. A elevação da taxa de juros aumenta o custo do financiamento de margens nas bolsas de mercadorias, encarecendo também a manutenção de estoques físicos do produto. Em conseqüência, os especuladores deslocam seus recursos para mercados cuja expectativa de remuneração é maior ou, pelo menos, mais previsível. Os comerciantes diminuem suas operações em bolsa, pois o maior

(1) Situação em que os contratos em aberto superam a quantidade física de café estocado.

custo financeiro das margens encareceria o preço do produto final.

No caso do mercado de café, estes movimentos aconteceram. Todavia, a alta da taxa de juros provocou uma redução de tal ordem nos estoques físicos nas mãos dos torrefadores, que a elevação inesperada do consumo, num momento em que a oferta dos países produtores era restrita, acabou provocando um forte aperto de demanda. A elevação da taxa de juros que, a princípio, deveria provocar um relativo enfraquecimento dos preços, acabou cumprindo papel importante no processo gerador da tendência altista dos últimos meses.

Pode-se perguntar até quando persistirá o processo de altas sucessivas, desencadeado em meados de 1981, com as geadas no Brasil. Esta questão tem dividido os analistas de mercado. A corretora inglesa "Inter-Commodities Limited", por exemplo, em seu último boletim, aconselha firmemente seus clientes a comprarem contratos de café com entrega no final do ano. Baseia-se na crença de que, durante o segundo semestre de 1982, a redução da colheita brasileira começará a se fazer sentir de forma mais acentuada, provocando novas altas de preço. Por sua vez, outros analistas acreditam que o processo altista já se está esgotando, pois decorreu basicamente de um fator aleatório — o rigorosíssimo inverno de 1982. Com a chegada da primavera, afirmam eles, a situação tenderia a se normalizar e os preços recuariam para uma faixa entre US$ 1,20 e US$ 1,30/lb-peso.

As estimativas disponíveis para a safra 1981/82 não respaldam a ex-

QUADRO 1

CAFÉ — Distribuição Mundial da Oferta — 1975/76 a 1981/82
(Em 1.000 sacas de 60 kg)

Discriminação	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
Estoques iniciais	44.725	39.370	25.932	29.704	25.153	25.669	29.463
Produção	72.894	61.157	71.085	79.131	81.348	84.273	96.930
Importação dos países produtores	525	585	606	719	723	677	714
Disponibilidade total	118.144	101.112	97.623	109.554	107.224	110.619	127.107
Consumo interno dos países produtores	18.932	18.180	18.988	19.595	20.062	20.608	21.170
Exportações	59.845	57.000	48.931	64.806	61.493	60.548	64.542
Estoque final	39.370	25.932	29.704	25.153	25.669	29.463	41.395

FONTE: Complete Coffee Coverage.

pectativa de um aperto de oferta, ainda em 1982. Segundo o último balanço de oferta e demanda, divulgado pelo USDA em janeiro (ver Quadro 1), a produção mundial, pelo quinto ano consecutivo, sofrerá um acréscimo em relação à do ano anterior. Os estoques internacionais sofrerão um aumento de quase 12 milhões de sacas em setembro próximo e, nessa ocasião, os remanescentes da safra representarão cerca de 64% da quantidade exportada em 1981/82.

Ainda não estão disponíveis estatísticas relativas à produção mundial de 1982/83. Supondo-se que o Brasil produza 18 milhões de sacas, os demais países produtores repitam a *performance* de 1981/82 e os níveis de exportação e consumo interno se mantenham também inalterados, durante 1982/83, o estoque final da estação declinaria para cerca de 27 milhões de sacas, volume correspondente a 42% das exportações realizadas em 1981/82.

O quadro estatístico descrito acima não caracteriza, por certo, uma situação de aperto de oferta, o que reforça a tese de que o principal sustentáculo do mercado é a vigência do Acordo Internacional. Assim, as expectativas quanto aos rumos que deverão tomar as negociações de renovação em setembro próximo e, principalmente, os termos em que será firmado o Acordo, influenciarão sobremaneira o comportamento dos preços internacionais.

QUADRO 2

ESTADOS UNIDOS – Estoque Mensal de Café Verde – 1977-81
(Em 1.000 sacas de 60 kg)

Mês	1977	1978	1979	1980	1981
Janeiro	2.834	1.719	2.269	2.898	2.846
Fevereiro	2.909	1.721	2.012	2.762	2.886
Março	3.519	2.161	2.345	2.918	2.788
Abril	3.511	2.160	2.360	2.677	2.571
Maio	3.111	2.093	2.219	2.528	2.374
Junho	3.115	2.202	2.405	2.907	2.248
Julho	3.339	2.663	2.752	3.408	2.095
Agosto	2.968	2.267	2.575	3.206	1.742
Setembro	2.638	2.131	2.724	2.956	1.454
Outubro	2.231	2.465	2.430	2.889	1.421
Novembro	1.852	2.442	2.401	2.874	1.321
Dezembro	1.684	2.347	2.521	2.814	937

FONTE: Complete Coffee Coverage.

Antes de setembro próximo, no entanto, o mercado viverá mais um período sob a influência de riscos de geada no Brasil. Nos últimos anos, o inverno brasileiro não tem provocado, como anteriormente, aumento significativo dos preços externos. Ao contrário, exceto nos anos em que a geada de fato ocorreu, os preços têm declinado durante os meses de inverno no Brasil. Este fato decorre, ao que parece, da menor demanda de café que se verifica naqueles meses. Os torrefadores têm aumentado suas compras nos meses de abril e maio, de modo a permitir uma redução significativa de suas compras, no período crítico.

Em 1982, no entanto, dois fatores novos estarão presentes durante os meses de maior risco de geadas. A oferta internacional estará disciplinada pelas quotas da OIC, o que deverá dificultar as manobras de antecipação de compras. Estas manobras serão ainda desestimuladas pelas taxas de juros, que deverão continuar em nível elevado nos próximos meses. Assim, é provável que os torrefadores estrangeiros encontrem maiores dificuldades do que nos últimos anos, para reduzirem suas compras nos meses de junho e julho.

Na hipótese de não-ocorrência de geadas em 1982, o futuro do mercado, em termos de preços externos, deverá ser decidido em setembro, na sede da OIC. Desde já, as negociações se anunciam árduas. Vários são os países cujos interesses se conflitam com os do Brasil. A Colômbia, a Indonésia e todos os outros países cuja produção aumentou significativamente depois da geada de 1975, desejam que a sistemática de fixação de quotas individuais de exportação seja revista. Alegam que o critério em vigor não reflete a atual realidade da produção mundial de café. Por este critério, as quotas dos países exportadores são calculadas em função do desempenho verificado no período 1968/69 a 1971/72. A média brasileira registrada neste quadriênio foi de 16,5 milhões de sacas e, a colombiana, de 6,1 milhões. Caso a OIC decida, como desejam aqueles países, fixar, para efeito do cálculo das quotas, os últimos quatro anos (1977/78 a 1980/81) a média brasileira cairia para 11,4 milhões de sacas e a colombiana se elevaria para 9,2 milhões.

As autoridades brasileiras tentam rechaçar a proposta, com o argumento de que a alteração do critério para o cálculo das quotas institucionalizaria os prejuízos brasileiros decorrentes da geada de 1975, uma vez que as exportações do país passariam a ser determinadas pelo comportamento verificado após 1975.

Outras propostas também contrariam os interesses do Brasil. Os EUA e a CEE pretendem estabelecer uma penalidade para o país exportador que não cumprir sua quota trimestral. Esta proposta objetiva apenas dificultar o andamento das negociações. É evidente que os países exportadores, todos subdesenvolvidos, têm procurado vender o máximo possível de café. Uma ou outra nação que, eventualmente, não tenha cumprido sua quota, só o fez por razões insuperáveis e, por certo, o efeito altista sobre as cotações, daí advindo, foi desprezível.

Não se pode esquecer, também, que o conflito em El Salvador influenciará decisivamente a definição da postura a ser assumida pelos EUA. A posição dos norte-americanos, ratificada por algumas corretoras européias, sustenta que haveria uma escassez de café categoria "outros suaves", produzido na América Central. Durante as negociações do convênio em vigor, esta tese foi defendida também pelos EUA, gerando posições de total intransigência por parte da maioria dos países centro-americanos. É preciso lembrar que este fato quase inviabilizou a assinatura do Acordo 1981/82, que vem trazendo benefícios a todos os países produtores.

Tendo em vista os diversos fatores até aqui apontados, parece provável que as cotações internacionais enfrentem um período de relativo desaquecimento até setembro próximo, supondo a não-ocorrência de geadas no Brasil, no corrente ano. A partir de então, as decisões a serem acordadas na OIC determinarão a tendência-mestra a ser percorrida pelas cotações externas. É claro,

no entanto, que a redução da disponibilidade internacional, em 1982/83, provocada pela menor colheita brasileira no ano em curso, emprestará um suporte efetivo aos preços internacionais.

Caso essa expectativa se configure, a receita cambial brasileira sofrerá um aumento em relação à do ano passado. O IBC fixou como meta para 1982 a exportação de 17 a 17,6 milhões de sacas, que renderiam ao país uma receita de US$ 2,0 a US$ 2,2 bilhões. Da quantidade total prevista, 15,5 milhões de sacas se destinarão aos países filiados à OIC, sendo 13,3 milhões de café verde e 2,2 milhões de solúvel. O volume restante (1,5 a 2,0 milhões de sacas) deverá ser vendido para países não-membros da OIC.

Na hipótese dessa meta quantitativa se efetivar, será preciso que o país obtenha um preço médio para cada saca exportada entre US$ 115 e US$ 130, para que a receita prevista seja atingida. Este valor médio é superior ao obtido em 1981, quando o Brasil vendeu 15,8 milhões de sacas a US$ 110/saca. No entanto, a situação do mercado em 1982 deverá ser bem mais favorável aos países produtores, tornando viável o intervalo necessário (US$ 115 a US$ 130/sc) para a consecução da meta.

No âmbito interno, a tendência dos preços do mercado físico é de moderada ascensão, no corrente ano. No período entre julho de 1981 e fevereiro de 1982, quando as cotações internacionais subiram cerca de 50%, os preços internos não obtiveram variação proporcional. A determinação de quotas individuais para as empresas exportadoras e o arrocho creditício promovido pelas autoridades fazendárias foram, sem dúvida, os fatores que impediram a transferência integral daquele benefício ao produtor.

Não existe a perspectiva de abandono do sistema de quotas individuais e, tampouco, de alteração imediata da política creditícia. No entanto, o quadro estatístico interno é francamente favorável aos produtores. O estoque previsto para o início do ano-safra brasileiro 1982/83 (ver Quadro 3) está avaliado oficialmente em 13,9 milhões de sacas. Considerando-se uma estimativa mais otimista para a colheita realizada em 1981, o estoque inicial atingirá 16,5 milhões de sacas. De qualquer modo, o total disponível para comercialização entre julho/82 e julho/83 é relativamente pequeno, em comparação com a quantidade que deverá ser demandada para consumo interno e exportação. Este aperto se evidencia ainda mais, levando-se em conta que o IBC possui hoje cerca de 7,5 milhões de sacas em estoque. Assim, de acordo com os dados do Quadro 3, a disponibilidade privada para 1982/83 será de 21,4 milhões, segundo a hipótese I, e de 27,5 milhões segundo a hipótese II. Note-se, ainda, que no primeiro caso a disponibilidade privada seria insuficiente para suprir as demandas externa e interna.

QUADRO 3

BRASIL – Previsões Alternativas da Disponibilidade Interna de Café e Destino da Produção – 1982/83
(em milhões de sacas de 60 kg)

Discriminação	Hipótese I	Hipótese II
Estoque em 1º/7/81	6,2	6,2
Produção 1981/82	32,1	35,0
Disponibilidade total	38,3	41,2
Exportações até junho/82	17,2	17,2
Consumo interno até julho/82	7,2	7,5
Estoque em 1º/7/82	13,9	16,5
Produção 1982/83	15,0	18,5
Disponibilidade total	28,9	35,0
Exportações em 1982/83	18,5	17,5
Consumo interno 1982/83	7,2	7,5
Estoque em 1º/7/83	3,2	9,5

CANA-DE-AÇÚCAR

Grande oferta interna *versus* dificuldades no mercado internacional

MERCADO INTERNO

A atual safra brasileira de cana-de-açúcar foi prejudicada por condições climáticas bastante adversas, quer na região Centro-Sul, com a incidência de fortes geadas, quer na região Nordeste, devido à seca. Ainda assim, a produção autorizada de açúcar e álcool deve ser alcançada, na maioria dos estados produtores.

O Quadro 1, que confronta a safra 1981/82 com a anterior, mostra uma provável superação da produção de açúcar e álcool nesta safra, tendo em vista que a região Nordeste ainda não encerrou o corte.

Na região Centro-Sul, a necessidade de apressamento do corte e da moagem da cana, atingida pelas geadas de julho, provocou o encerramento antecipado da maior parte da safra. No estado de São Paulo, principal produtor desta região, a quantidade de cana moída foi de 77 milhões de toneladas, tendo a produção de açúcar atingido 78,3 milhões de sacos de 50 kg, superando o total autorizado, de 76,9 milhões. Quanto à produção de álcool, atingiu 2,83 bilhões de litros, contra um volume autorizado de 2,87 bilhões. Estima-se um ligeiro acréscimo da área de plantio, em conseqüência da ocupação de terras menos férteis, anteriormente utilizadas como pastagens, na zona Noroeste do estado, com a implantação de novas destilarias.

O clima que se seguiu às geadas de julho, na região, foi propício para a superação das dificuldades provenientes da intempérie. De fato, o período seco possibilitou um corte rápido, com um maior aproveitamento dos canaviais. Na próxima safra, porém, poderá haver problemas ocasionados pela destruição de parte considerável das mudas de cana de "ano e meio", pelas geadas. Já com o plantio de cana de "um ano" é possível que ocorra um decréscimo na produtividade agrícola, pois esta variedade apresenta, usualmente, menores rendimentos.

Merecem ainda destaque, nesta safra, as experiências realizadas com a prática de consorciamento ou rotação da cana-de-açúcar com culturas de grãos. Em face da obrigatoriedade de ocupação de 5% da área de plantio com grãos, para a obtenção de financiamento, esta prática alcançou uma maior generalização no estado de São Paulo, especialmente com o plantio de feijão e amendoim.

Não foi a safra paulista, porém, a mais afetada pelo clima. Com efeito, os maiores prejuízos provocados pelas geadas verificaram-se no Paraná, cuja moagem alcançou 4,67 milhões de toneladas de cana, ou seja, 10% abaixo de sua capacidade real de produção. Embora alcançando praticamente a meta de produção de álcool prevista, a produção paranaense de açúcar totalizou apenas 73% do volume autorizado, com uma queda de 13% sobre o volume produzido no período anterior. Na próxima safra, o estado deverá sofrer os mesmos problemas já apontados para São Paulo, em decorrência da destruição de mudas pelas geadas.

A safra fluminense, por seu turno, ainda que não tenha sofrido os rigores do inverno, defrontou-se com as mesmas dificuldades experimentadas nos últimos anos, ou seja, a insuficiência de matéria-prima, face à capacidade industrial instalada. Ainda assim, as condições climáticas mostraram-se mais favoráveis, com uma melhor distribuição de chuvas do que a verificada na safra anterior. O estado conseguiu cumprir suas metas de produção de açúcar e de álcool, mas persistiu a difícil situação financeira do setor agroindustrial. A incapacidade de pagamento das dívidas contraídas pelas usinas levou o governo a captar recursos no exterior, para o seu reescalonamento.

No Nordeste, verificaram-se problemas semelhantes ao do Rio de Janeiro, devendo a região antecipar o encerramento da safra para o mês de março, em virtude da escassez de matéria-prima. Com o problema de estiagem sofrido pela cultura na atual safra, a produção agrícola ficou

QUADRO 1

BRASIL – Produção de Açúcar Centrifugado e Álcool – Safras 1980/81 e 1981/82
(Posição em 15/02/1982) – Sacas de 50 kg e m³

Estados e Regiões	Açúcar (sc. 50 kg) 1980/81	1981/82	Δ %	Álcool (m³) 1980/81	1981/82	Δ %
Amazonas	–	–	–	250	730	192
Pará	165.380	133.700	-19	2.796	1.676	-40
Maranhão	353.360	347.021	-2	3.706	8.103	119
Piauí	58.981	27.427	-53	198	2.523	1.174
Ceará	719.340	589.800	-18	2.147	9.578	346
R. G. Norte	1.652.459	1.328.180	-20	37.515	39.226	5
Paraíba	2.452.383	2.396.697	-2	67.389	73.883	10
Pernambuco	22.493.704	22.364.073	-1	152.620	208.399	37
Alagoas	20.106.016	20.474.012	2	237.208	325.636	37
Sergipe	1.945.637	1.851.573	-5	3.929	4.802	22
Bahia	781.549	931.615	19	502	4.337	764
NORTE-NORDESTE	50.728.809	50.444.098	-1	508.260	678.893	34
Minas Gerais	9.640.351	8.907.207	-8	104.717	133.451	27
Espírito Santo	917.377	863.352	-6	17.677	15.767	-11
Rio de Janeiro	8.665.230	9.452.389	9	129.842	153.897	19
São Paulo	76.846.951	78.303.360	2	2.607.895	2.833.741	9
Paraná	4.200.592	3.653.383	-13	141.332	195.603	38
Santa Catarina	669.964	840.376	25	4.206	8.880	111
R. G. Sul	209.640	160.313	-24	875	1.833	109
Mato Grosso	398.550	428.370	7	9.860	9.235	-6
M. G. Sul	–	–	–	27.800	42.111	51
Goiás	429.739	311.960	-23	9.407	17.970	91
CENTRO-SUL	101.978.394	102.920.710	1	3.053.611	3.412.488	12
BRASIL	152.707.203	153.364.808	–	3.561.871	4.091.381	15

aquém do esperado, agravando, em alguns estados, a já elevada ociosidade industrial.

A produção autorizada de açúcar e álcool será cumprida na maior parte dos estados nordestinos. Ressalte-se, porém que a produção esperada era sensivelmente superior à autorizada.

A Zona da Mata, no estado de Pernambuco, foi duramente castigada pela seca que ocorreu no ano passado. Na Zona da Mata Norte, o corte foi encerrado em fevereiro, enquanto na região Sul do estado, a atividade deve estender-se até o final de março. Com uma produção de cana-de-açúcar de 16,7 milhões de toneladas, 7% inferior ao produzido na safra anterior, o cumprimento das metas de produção de açúcar e álcool somente será possível, em virtude dos ganhos obtidos no rendimento industrial. Isto porque a escassez de chuvas, registrada no decorrer da safra, ao mesmo tempo que prejudicou o desenvolvimento da cultura, com conseqüentes perdas na produtividade agrícola, favoreceu uma maior maturação da cana e um aumento de seu teor de sacarose elevando, por conseguinte, a produtividade industrial. Na posição de 15 de janeiro último, o rendimento industrial do açúcar no estado indicava uma média de 89,4 quilos por tonelada de cana. O índice seria ainda mais elevado, caso não houvessem ocorrido chuvas a partir de dezembro, que dificultaram o transporte da matéria-prima para as usinas.

Em Alagoas, o rigor do clima também provocou prejuízos à lavoura canavieira. Neste estado, a safra passou por dois períodos climáticos distintos. Em um primeiro momento, de setembro a dezembro, a cultura sofreu os efeitos de severa estiagem, o que prejudicou o crescimento dos canaviais. Em um segundo, a partir de dezembro, ocorreram chuvas excessivas, prejudicando uma maior maturação da cana. Diante disto, é provável que a maior parte das usinas encerre suas atividades até o final da primeira quinzena de março, por falta de matéria-prima. A produção autorizada de açúcar e álcool deverá ser atingida, muito embora isto só ocorra devido à expansão da área, sobretudo no sul do estado, com a implantação de três novas destilarias autônomas. O rendimento agrícola deverá sofrer um decréscimo, ficando em torno de 55 toneladas por hectare, ao mesmo tempo que se espera um rendimento industrial de 83 kg/t.

De uma maneira geral, o setor agroindustrial canavieiro se ressentiu da acentuada elevação de alguns itens do custo de seus produtos. Registrou-se especial inquietação diante dos custos de determinados insumos, bem como dos custos financeiros, em razão das modificações nas formas de financiamento. É o caso, por exemplo, do crédito para a aquisição de fertilizantes, que passou a sofrer a incidência de juros de 35% e restringiu-se a 60% do seu valor de aquisição.

ÁLCOOL

As normas estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) no final do ano passado, caracterizam uma nova linha de intervenção governamental na aprovação de projetos do Programa Nacional do Álcool. As novas regras de financiamento assumem um caráter mais seletivo quanto às propostas a serem apresentadas, o que restringirá, daqui para a frente, a expansão da capacidade de produção de álcool. Um maior volume de recursos próprios, o deslocamento dos projetos para áreas não-tradicionais de produção da cana-de-açúcar, a obtenção de rendimentos – agrícolas e industriais – não inferiores à uma média préfixada, são alguns dos requisitos necessários para a concessão de crédito àqueles que desejarem apresentar novos projetos.

Por outro lado, a aprovação de Cr$ 152,9 bilhões pelo Conselho Monetário Nacional para os investimentos do programa representou um incremento de apenas 37% sobre a dotação orçamentária do ano anterior. Estas medidas são justificadas pelo fato do Programa já dispor de uma capacidade nominal de produção acima de 9 bilhões de litros.

Ainda que existam diversas dúvidas quanto à possibilidade de o país produzir 10,7 bilhões de litros em 1985, como constava da meta inicial do programa, essas não parecem ser o problema principal do Proálcool. Na realidade, as maiores procupações voltam-se hoje para as dificuldades de resposta do mercado consumidor, em relação ao volume ofertado do produto.

O Gráfico 1 indica as variações no consumo e nos estoques do produto, no último ano. Observa-se que a curva de estoques sofreu forte elevação, a partir do mês de junho, quando a produção de álcool intensificou-se. Concomitantemente, não se verificou um crescimento correspondente do consumo.

No mês de dezembro, quando a safra do Centro-Sul estava no encerramento e a safra do Nordeste atingia seu pico, o nível dos estoques de álcool chegou a 1,9 bilhão de litros (1,2 bilhão de litros de álcool hidratado e 700 milhões de litros de álcool anidro), causando preocupações quanto à capacidade de tancagem das destilarias.

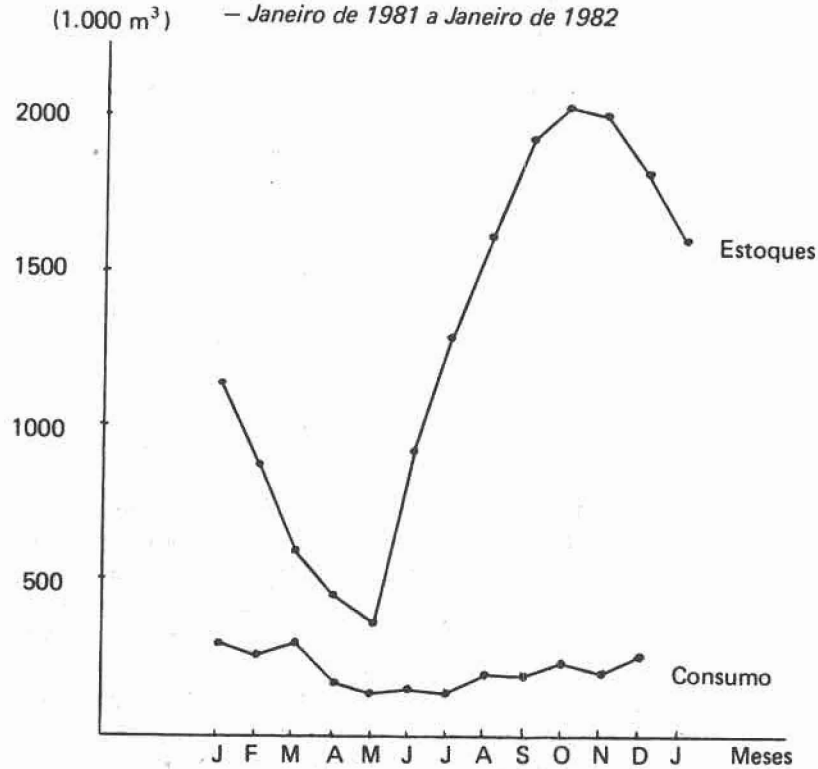
A última posição, de 15/02/1982, demonstra um declínio nos estoques de álcool, para 1,48 bilhão de litros, com 434 milhões de litros de álcool anidro e 1,046 bilhão de litros de álcool hidratado.

A formação de estoques tão elevados nesta safra aparece como resultado de um conjunto de distorções por que passa o Programa do Álcool. A principal delas é, sem qualquer dúvida, a desconfiança por parte de seu mercado consumidor. As causas de tal descrédito são muitas, entre as quais destacam-se o rendimento abaixo dos padrões anunciados, por parte da maioria dos automóveis movidos a álcool, as ameaças ocorridas no início de 1981, de uma possível falta do produto nos postos e a não-manutenção de um diferencial fixo entre o preço do álcool e o da gasolina.

Todos esses fatores contribuíram para reduzir drasticamente as ven-

GRÁFICO 1

BRASIL: Estoques de Álcool e Consumo de Álcool Carburante — Janeiro de 1981 a Janeiro de 1982



FONTE: Estoques: IAA; Consumo: CNP.

das de automóveis a álcool. Em janeiro último, conforme divulgação da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as vendas foram de apenas três mil e oitocentas unidades, o que, se considerada a meta de produção, entre 150 e 180 mil veículos a álcool para este ano, é um dado preocupante.

Diante destas dificuldades, surge a necessidade da busca de alternativas para o revigoramento da demanda pelo produto. Entre as reivindicações apresentadas pelo setor produtor destacam-se:

a) um aprimoramento na qualidade técnica do motor do automóvel a álcool, buscando a garantia de um melhor rendimento desses veículos;

b) uma fiscalização mais rigorosa das bombas de postos de gasolina, com o objetivo de se evitar a adulteração do álcool;

c) a obrigatoriedade de conversão das frotas oficiais para motores a álcool;

d) um aumento na adição de álcool anidro à gasolina, de 15% para 25%.

MERCADO EXTERNO:

A produção mundial de açúcar, na safra 1981/82, deverá superar o consumo em 4,4 milhões de toneladas, de acordo com a segunda estimativa da corretora alemã F.O. Licht, divulgada no final de janeiro. Assim, com uma produção prevista em 95,431 milhões de toneladas, observa-se um acréscimo de 8% sobre o resultado obtido na safra passada. Ao mesmo tempo, o consumo deve ter um crescimento em torno de 3%, atingindo um volume de 91,015 milhões de toneladas.

Os estoques finais, previstos pela corretora, de 29,315 milhões de toneladas excedem em aproximadamente 18% o total registrado no ano passado, elevando a relação estoques/consumo para 32,21%.

Estas estimativas caracterizam uma situação de folga de oferta, o que vem contribuindo decisivamente para deprimir os preços do mercado do produto. Observando-se o Gráfico 2, verifica-se que o preço calculado pela Organização Internacional do Açúcar apresentou uma tendência acentuadamente declinante, durante o primeiro semestre do ano passado. A partir de setembro, os preços estabilizaram-se em torno de uma faixa de US¢ 11 a US¢ 13/lb-peso, atingindo o seu patamar mais baixo dos últimos dois anos.

Nos momentos de quedas mais bruscas dos preços, como a ocorrida no final de 1980, fatores externos ao mercado contribuíram ponderavelmente para a sua instabilidade. Assim, o aumento da taxa de juros em nível internacional provocou um vigoroso movimento de liquidação de contratos futuros. Da mesma maneira, a flutuação dos preços do ouro e dos metais preciosos contribuiu para a instabilidade do mercado, naquele período.

Atualmente, contudo, a causa principal do declínio das cotações está vinculada ao excesso de oferta do produto, sem um crescimento correspondente na demanda. A safra recorde da Comunidade Econômica Européia, de 15,8 milhões de toneladas, bem como a recuperação da produção de alguns tradicionais exportadores, como Cuba e Índia, e o bom desempenho da safra norte-americana, provocaram forte pressão sobre uma demanda inelástica e ainda sob os efeitos de uma conjuntura mundial recessiva.

A produção de açúcar de beterraba da Comunidade apresentou nessa safra um crescimento de 21%, em relação ao período 1980/81. Com um consumo interno de 11 milhões de toneladas, a CEE deverá dispor de um excedente exportável aproximado de 5 milhões de toneladas, o que, evidentemente, gera forte pressão baixista sobre os preços. Por esse motivo, os europeus pretendem estocar 2 milhões de toneladas, aguardando os resultados da sua próxima safra. Para o período 1982/83, considera-se provável uma redução em 7% da área plantada de beterraba, o que poderia restringir a produção da CEE em até 12 milhões de toneladas. Entretanto, alguns observadores, mesmo admitindo aquela diminuição da área, argumentam que ela incidiria sobre áreas marginais, de menor ren-

dimento, não refletindo substancialmente sobre a produção.

A safra cubana, estimada em 7,4 milhões de toneladas, apresentou, neste ano, evidentes sinais de recuperação do problema da "ferrugem", que atacou seus canaviais no ano anterior. Por outro lado, espera-se um aumento na área plantada de cana daquele país de cerca de 400 mil ha, em função da meta de produção de 10 milhões de toneladas, para 1985.

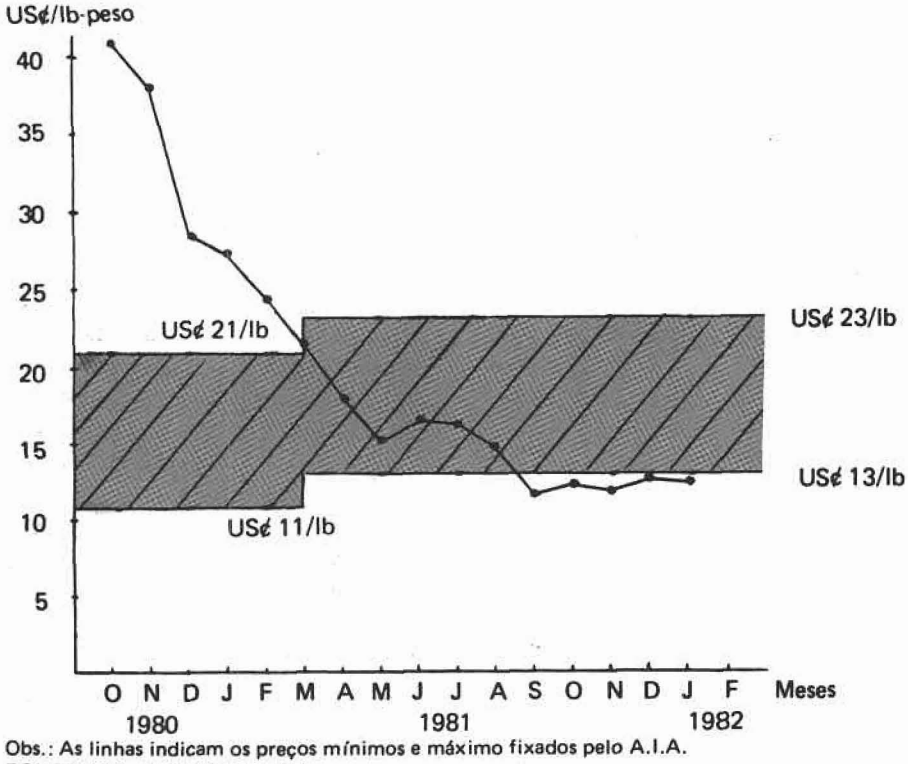
A Índia, outro importante produtor, deverá produzir 7 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, 25% a mais do que o obtido na safra passada.

Um outro fator que vem influenciando depressivamente o mercado açucareiro é a política protecionista adotada pelos EUA. A recente medida que concede um preço-suporte de US¢ 17/libra-peso (como garantia para a produção interna) e estabelece uma tarifa alfandegária de US¢ 5/libra-peso para a importação do açúcar, estimulará o crescimento da produção açucareira norte-americana. Os resultados dessa política não serão sentidos imediatamente, devendo o aumento mais significativo da área de plantio ocorrer no próximo ano. Como o consumo não pode ser reduzido em curto espaço de tempo, o mais provável é que se intensifique o processo de substituição do açúcar pela frutose de milho, na medida que o programa protecionista norte-americano reestabelece condições competitivas para este sucedâneo.

Diante deste quadro desfavorável à recuperação dos preços, o Acordo Internacional do Açúcar mostra-se pouco efetivo, enquanto instrumento capaz de regular o mercado. Embora os países membros do Acordo tenham rejeitado a possibilidade de renegociação de certas cláusulas do convênio, estendendo-o na íntegra por mais dois anos, o pacto tem demonstrado sua incapacidade de manter os preços do açúcar dentro dos parâmetros por ele fixados, de US¢ 23 e US¢ 13/libra-peso.

GRÁFICO 2

MERCADO INTERNACIONAL: Preços do Acordo Internacional do Açúcar – Outubro de 1980 a Fevereiro de 1982 – US¢/libra-peso



Obs.: As linhas indicam os preços mínimos e máximo fixados pelo A.I.A.
FONTE: ISO - Statistical Bulletin.

Em março do ano passado, a média das cotações internacionais caiu abaixo do limite superior de preço do AIA. Naquela oportunidade, foram acionados os mecanismos de estabilização do mercado, reduzindo-se as quotas de exportação do produto até o mínimo permitido. Entretanto, esta medida não surtiu efeito, mantendo-se a tendência declinante dos preços.

A partir de setembro passado, o preço internacional do açúcar colocou-se abaixo do limite inferior fixado pela OIA (ver Gráfico 2). Sem dúvida alguma, a ausência da CEE entre os membros do Acordo, é o fator decisivo para sua ineficácia enquanto instrumento regulador do mercado. A superação deste impasse parece ser bastante remota, na medida que se conserva forte resistência, no interior da Comunidade Européia, à aceitação das atuais cláusulas do Acordo.

As perspectivas de recuperação dos preços limitam-se, desta forma, à possibilidade de ocorrência de eventuais quebras nas safras dos grandes produtores. Neste sentido, as notícias de vultosas perdas na safra da URSS, provocadas por condições climáticas adversas, vêm contribuindo nas últimas semanas, para uma pequena retomada do mercado. Embora não sendo ainda oficialmente conhecida a quebra da safra soviética, estima-se uma produção de 6,1 milhões de t, ou seja, aproximadamente 15% inferior à obtida na safra 1980/81. Caso confirmada esta previsão, a URSS necessitará acrescer as importações em mais de 1 milhão de toneladas. Este fato significaria um novo alento para o mercado, muito embora deva-se considerar que Cuba, o principal fornecedor de açúcar dos soviéticos, deverá ter uma elevação em sua produção, capitalizando a maior parte das necessidades adicionais daquele país.

Outro fator que poderia ter grande significação para a recuperação do mercado seria a reorientação da política de subsídios da CEE. Apesar de ainda não se terem esboçado medidas concretas nesta direção, acredita-se que a Comunidade não poderá manter indefinidamente o atual nível de subsídios que concede aos seus produtores, em face da elevada gravosidade de suas exportações.

As previsões quanto ao preço do açúcar para os próximos meses não indicam uma grande variação. O mais provável é que, até o encerramento do primeiro semestre, os preços mantenham-se em uma faixa entre US¢ 12 e US¢ 16/lb-peso. Somente com as primeiras informações sobre a safra 1982/83, na segunda metade deste ano, as cotações poderão reagir mais firmemente ao ciclo baixista que o mercado ora atravessa.

Em 1981, o Brasil obteve US$ 1,05 bilhão de dólares com a exportação de 2,67 milhões de toneladas de açúcar. Com um preço médio de 376 dólares por tonelada de açúcar exportado (contra US$ 372 por tonelada, preço médio anual calculado pela OIA), o país conseguiu realizar uma bem sucedida política de exportações, em uma difícil conjuntura do mercado açucareiro. O sucesso desta política deveu-se em grande parte aos contratos de longo prazo assinados pelo Brasil com países exportadores de petróleo. Como os preços baixaram no decorrer do ano, o país obteve vantagens, ao realizar negócios a preços superiores àqueles que vigoravam no mercado.

Acrescente-se à receita obtida com as vendas de açúcar, o valor de US$ 126,6 milhões referentes à exportação de 143,8 milhões de litros de álcool e de 585,8 mil toneladas de melaço. A exportação destes dois produtos foi fraca, se comparada ao realizado nos últimos anos. As vendas de melaço não chegaram a 20% do volume transacionado em 1980, em virtude da queda, em torno de 50%, das cotações daquele produto no mercado externo, o que levou os produtores a optarem por sua transformação em álcool.

As perspectivas quanto às exportações brasileiras para este ano apontam para um resultado mais modesto do que aquele atingido no ano passado. Com a fixação pela OIA da nova quota de exportação brasileira em

3,3 milhões de toneladas*, amplia-se o mercado externo para o país. Entretanto, os efeitos das recentes medidas protecionistas dos Estados Unidos não devem ser desconsiderados, pois o mercado norte-americano responde por 30% das compras do açúcar exportado pelo Brasil. Os entraves comerciais estabelecidos pela nova legislação daquele país, obrigarão a um redobrado esforço brasileiro na busca de novos mercados.

PECUÁRIA DE CORTE

1982: novo "vale" no ciclo pecuário?

Dentro do quadro geral da economia brasileira, a pecuária de corte é um dos setores que mais fortemente vem recebendo os impactos negativos do atual período recessivo. Na realidade, o setor encontra-se espremido entre dois pólos da atividade econômica. De um lado, uma grande oferta de bois prontos para o abate, e, de outro, um consumo fortemente reprimido, que impede uma remuneração correta da atividade criatória.

O preço da arroba do boi gordo, que atingira Cr$ 5.552,00(*) em setembro de 1979, encontra-se hoje estagnado em torno de Cr$ 2.300,00, sem perspectivas de melhoria no curto prazo. Isto, não só pelo fato de que o mercado interno não tem condições de absorver maiores quantidades, se os preços se elevarem, mas, também, pela existência de uma competição mais acirrada da avicultura, cuja capacidade de produção, em termos estruturais, encontra-se comprimida na atualidade, podendo, por isso mesmo, aumentar a oferta, caso suas cotações, que acompanham as da carne bovina, tornem-se mais atraentes.

Uma saída, que seria o mercado internacional, atravessa também uma conjuntura adversa, com excesso de oferta por parte de países tradicionalmente exportadores e demanda reprimida nos países importadores. Com todo o empenho desenvolvido pelo governo, as exportações, que atingiram, em 1981, um volume de 262 mil t, em equivalente-carcaça (valor: US$ 417,3 milhões) revelam um expressivo avanço na conquista do mercado internacional. Essa quantidade, contudo, ficou aquém do compromisso assumido pelo setor com o governo, tanto em volume (300 mil t) como em divisas (US$ 600 milhões). Representou, porém, cerca de 12% da produção nacional em 1981, estimada em 2,25 milhões de t.

Para o ano de 1982, a repetir-se o mesmo desempenho, a absorção do mercado internacional não representará um alívio de maior significação no plano interno, uma vez que, neste último, é esperado um aumento de produção da ordem de 9%, atingindo-se 2,45 milhões de t de carne bovina.

Devido ao fato de a performance de 1981 ter ficado aquém do acordo feito com o governo, há indícios de que, para 1982, serão feitas alterações na sistemática do processo, com o governo estabelecendo quotas diretas com as empresas, ao invés de ter um compromisso global com a representação do setor. Contudo, relatório recente do GATT esclarece que o mercado internacional não será mais receptivo do que no ano anterior.

Em relação aos abates, os dados globais relativos a 1981, refletem realmente uma consolidação da tendência de intensificação na matança de fêmeas, significando uma reversão no ciclo da pecuária bovina, no que se refere ao crescimento numérico do rebanho.

A situação mais grave apresentou-se em Goiás, onde o percentual de fêmeas abatidas atingiu 48,7%, em 1981. A exceção é constituída pelo Rio Grande do Sul, estado que apesar da sua importância no setor e da retórica da liderança regional, não registrou nenhuma diferença no abate de fêmeas em 1981, comparativamente

* De acordo com as normas do AIA, as quotas de exportação sofrem uma redução de 15% enquanto o preço médio calculado pela OIA estiver abaixo de US¢ 13/lb-peso. Neste sentido, a quota real brasileira passa a ser de 2,8 milhões de toneladas.

(*) Em cruzeiros de fevereiro de 1982.

aos anos anteriores (ver Quadro 1). Constataram-se também fortes indícios de aumento da matança clandestina, no ano passado.

O recrudescimento do abate clandestino, de forma generalizada, no país, é explicado pela mudança havida na cobrança do ICM, a partir de janeiro de 1981. A nova base de cálculo deste imposto, que saltou de 4,75% para 15,5%, coincidindo com uma fase de baixa rentabilidade do setor, propiciou condições para o incremento da clandestinidade da matança, como forma de manter o ritmo das vendas para um mercado retraído, sem minimizar a rentabilidade do negócio.

Do ponto de vista dos pecuaristas, a mudança na sistemática de arrecadação do ICM, relativa à carne bovina, acarretou transtornos de monta ao mercado. Anteriormente, prevalecia um esquema arrecadador em que as diferentes partes envolvidas — a União, o estado e o contribuinte — dividiam de uma forma praticamente eqüitativa o ônus do ICM, de modo a não pesar demasiadamente sobre o preço final do produto nos balcões varejistas. Assim, da alíquota de 16%, que legalmente deveria incidir sobre o comércio da carne bovina, aproximadamente um terço era efetivamente cobrado dos produtores e dos frigoríficos, um terço a União repassava de suas reservas para o estado e, finalmente, um terço era deixado de ser cobrado pelo estado.

O interesse da União em se eximir dos encargos financeiros provenientes do repasse e o das administrações fazendárias de âmbito estadual, que vislumbravam a possibilidade de uma arrecadação maior, fizeram com que a base do cálculo para a cobrança do ICM passasse a

QUADRO 1

ESTADOS SELECIONADOS — Abate de Bois e Vacas — 1980-81

Estado	1980				1981			
	Bois	Vacas	Total	Vacas %	Bois	Vacas	Total	Vacas %
Rio Grande do Sul	741.218	330.781	1.071.999	30,86	799.519	345.863	1.145.382	30,20
Paraná	597.046	75.054	672.100	11,17	601.099	114.152	715.251	14,95
São Paulo	1.686.486	217.012	1.903.498	11,40	1.578.936	283.840	1.862.776	15,24
Minas Gerais	726.543	232.508	959.051	24,24	747.196	363.591	1.110.787	32,73
Goiás	361.671	249.357	611.028	40,81	490.454	466.279	956.733	48,74
Total	4.112.964	1.104.712	5.217.676	21,17	4.217.204	1.573.725	5.790.929	27,18

FONTE: CEPA/RS/MG/GO; DERAL/PR; Sindicato da Indústria do Frio/SP.

ser 15,5%, sob o encargo dos pecuaristas e frigoríficos.

Os resultados dessa nova sistemática, conquanto tenham onerado o preço final da carne em fase adversa do mercado, não foram auspiciosos para o aparelho arrecadador dos estados, como se pode depreender do Quadro 2.

A defasagem entre os valores efetivamente arrecadados e os que deveriam ser alcançados, revela que a situação financeira de alguns estados não melhorou com a nova sistemática. O caso mais grave foi o de São Paulo, em que o volume de recursos arrecadados pelo governo estadual equivaleu-se, praticamente, ao de 1981. O Rio Grande do Sul apresentou a melhor situação, visto que, pelo menos, compensou a inflação do período.

As explicações para esses resultados insatisfatórios variam desde o não-recolhimento por parte de algumas cooperativas e frigoríficos, talvez na expectativa de uma possível anistia ou mora fiscal, até a sonegação pura e simples. A conseqüência mais desastrosa, no entanto, foi o incremento do abate clandestino.

Tendo em vista a fase de retração do mercado por que atravessava o setor, a Fecocarne, já em 1981, prevendo esses resultados negativos, propusera ao Confaz o retorno à sistemática de cobrança anterior. A proposta, no entanto, foi rejeitada pela União, porque implicaria um repasse de cerca de Cr$ 120 bilhões aos estados, em 1981.

Paralelamente, o setor ressente-se do tratamento diferenciado dado aos outros produtos cárneos, como o avícola. Desse modo, o pleito atual do setor refere-se também à unifor-

QUADRO 2

ESTADOS SELECIONADOS – Comparativo dos Valores do ICM Arrecadado sobre a Carne Bovina, Incluindo o Repasse da União – 1980 e 1981

Estado	1980					1981			
	Valor Arrecadado[1] (Cr$ 1.000)	Repasse da União (Cr$1.000)	Total (Cr$ 1.000)	Índice de Produção	Índice do Preço Médio do Boi Gordo	Índice de Produção	Índice do Preço Médio do Boi Gordo	Arrecadação Esperada (Cr$1.000)[2]	Valor Arrecadado[3] (Cr$ 1.000)
Rio Grande do Sul	720.000	945.000	1.665.000	100,00	100	106,85	139,25	3.495.795	3.438.000
São Paulo	1.007.100	1.651.898	2.658.998	100,00	100	97,86	149,15	4.901.469	2.891.000
Minas Gerais	1.271.592	1.525.911	2.797.503	100,00	100	115,82	147,37	6.109.061	4.533.950

[1] Base do cálculo do ICM – 4,75%.
[2] Calculado do seguinte modo: valor arrecadado em 1980, multiplicado pelo coeficiente 15,5 ÷ 4,75, vezes a variação de produção de 1981, vezes a variação do preço médio do boi gordo em 1981.
[3] Base do cálculo do ICM – 15,5%.
FONTE: Secretarias de Fazenda do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais.

mização do tratamento para todas as carnes comercializadas no mercado, ou à redução da base de cálculo do recolhimento do ICM, para 5%.

A respeito do problema, há uma crítica unânime do setor quanto aos malefícios causados pelo abate clandestino, tanto no plano social como no econômico. A distribuição de carne não-fiscalizada, na periferia dos grandes núcleos urbanos, constitui sempre um grave risco para a saúde da população. Do ângulo econômico, o abate clandestino causa prejuízos à estrutura industrial montada que, além de ver aumentada a ociosidade do parque frigorífico (na atualidade da ordem de 50%) sofre a concorrência de preços mais baixos, devido ao não-recolhimento dos impostos devidos.

Tendo em vista a fase favorável do mercado, no que concerne ao caráter conjunturalmente não-inflacionista do setor, o governo federal considerou as condições propícias para a minimização do controle oficial. A retirada da Cobal, anualmente encarregada de executar e administrar a estocagem de entressafra, teve, pois, o duplo

QUADRO 3

ESTADO DE SÃO PAULO — Preços Reais Mensais(*) do Bezerro e do Boi Magro — 1980 e 1981

Mês	Bezerro				Boi Magro			
	1980		1981		1980		1981	
	Cr$/unidade	Índice (jan/80=100)	Cr$/unidade	Índice (jan/80=100)	Cr$/unidade	Índice (jan/80=100)	Cr$/unidade	Índice (jan/80=10C
Janeiro	27.583,26	100,00	19.346,01	70,13	49.408,73	100,00	34.576,82	69,98
Fevereiro	26.817,91	97,22	17.215,50	62,41	47.923,25	97,00	31.941,42	64,64
Março	25.236,85	91,50	16.267,10	58,97	46.073,81	93,25	29.985,85	60,68
Abril	25.767,87	93,42	16.892,20	61,24	46.025,50	93,15	28.146,35	56,96
Maio	24.776,35	89,83	14.721,10	53,36	44.342.43	89,74	26.657,54	53,95
Junho	24.994,40	90,61	13.548,19	49,11	44.279,20	89,62	25.411,58	51,43
Julho	26.300,00	95,34	13.056,37	47,33	44.008,30	89,10	24.047,73	48,67
Agosto	25.273,14	91,62	12.436,90	45,08	41.994,18	85,00	23.343,88	47,24
Setembro	24.762,32	89,77	12.073,35	43,77	40.315,72	81,60	22.994,27	46,53
Outubro	24.165,10	87,60	12.392,75	44,92	40.639,24	82,25	23.343,88	47,24
Novembro	23.259,65	84,32	12.295,71	44,57	39.209,70	79,35	23.541,95	47,64
Dezembro	22.080,38	80,00	12.011,16	43,54	36.510,26	73,90	23.379,33	47,31

(*) Valores corrigidos pelo IGP, col. 2, para fevereiro de 1982.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IEA.

sentido de: a) reduzir os recursos dessa estocagem desembolsados pelo governo na remuneração* dos custos operacionais do plano anual de entressafra, os quais não eram repassados ao consumidor final; b) devolver, ainda que parcialmente, o setor da carne bovina ao livre jogo das forças de mercado.

No novo esquema de estocagem de carne para a entressafra, os frigoríficos farão estoques individuais, que serão financiados pelo Banco do Brasil a juros de 45% a.a. Os financiamentos serão feitos aos frigoríficos dentro da mesma sistemática do EGF. A possibilidade da carne não-escoada, após a entressafra, transformar-se em AGF, constitui um pleito dos frigoríficos. Esse detalhe, contudo, ainda não foi resolvido, porque depende, segundo alguns especialistas, de se estabelecer um preço mínimo para a carne estocada. De acordo com a sugestão do setor, o nível da reserva para a próxima entressafra deve ser de 120 mil t. Além disso, a distribuição desses estoques deve ser feita nas praças atendidas anteriormente pela Cobal, circunscrita aos meses de agosto a novembro.

Acontece que essas modificações, além de não serem isentas de ônus para o governo (o crédito para os frigoríficos estocarem a carne será subsidiado) têm implicações profundas no que concerne não só ao comportamento do mercado ao longo do ano mas, também, ao controle efetivo dos créditos concedidos. Em primeiro lugar, em se tratando do Banco do Brasil, haverá maior rigor na concessão dos créditos, o que será feito somente mediante a vistoria dos fiscais e a constatação da existência de estoques efetivos. Em segundo, como haverá liberdade de repasse dos custos de estocagem para o consumidor, os preços da carne congelada, a serem distribuídos na entressafra, serão menos rígidos do que na época em que a Cobal administrava os estoques. Por outro lado, a existência simultânea de grande oferta de carne resfriada no comércio será um fator de limitação da lucratividade dos frigoríficos.

No âmbito pecuarista, a retirada da Cobal foi considerada uma medida correta, uma vez que o grau de intervenção no mercado vinha aumentando a cada ano. Assim, o menor volume de estocagem e a menor rigidez nos preços propiciarão condições para uma recuperação do setor no período da entressafra. A expectativa é de que, livre do espectro controlador da Cobal, os preços, diferentemente dos anos anteriores, atinjam um patamar suficientemente compensador (acima de Cr$ 4.000,00/arroba) nos meses de setembro ou outubro. Os pecuaristas que tiverem bois gordos e condições de esperar, poderão ser efetivamente compensados.

Os varejistas, no entanto, não têm encarado com otimismo as mudanças introduzidas na execução do plano anual de estocagem de entressafra, temerosos que, sob a responsabilidade dos frigoríficos, haja uma especulação forte nos preços, reduzindo mais ainda o nível de vendas. Isto porque, na sistemática anterior, a Cobal não repassava os custos de abate, frigorificação e distribuição, permitindo a manutenção dos preços em nível mais condizente com o poder de compra (reprimido) do consumidor.

A Cobal, por sua vez, está convicta de que o poder coercitivo não foi eliminado totalmente, uma vez que os financiamentos aos frigoríficos são a juros subsidiados, arma que, a qualquer momento, poderá ser utilizada para coibir especulações indesejadas, por parte dos frigoríficos.

Em relação aos preços da arroba do boi gordo, a análise do Gráfico 1 demonstra que a sua evolução em 1981 em muito se assemelha àquela ocorrida em 1977, quando ocorreu o fecho do ciclo pecuário 1969/77 (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 9). Contudo, o nível de preços atingido, em princípios de 1982 (Cr$ 2.394,00/@ do boi gordo, em São Paulo), parece indicar que o vale do presente ciclo pecuário, iniciado em 1977, ocorrerá no corrente ano. Isto porque a cotação média mais baixa de 1981 (Cr$ 2.453,54/

* Em 1981, esses recursos foram avaliados em Cr$ 12 bilhões.

GRÁFICO 1

ESTADO DE SÃO PAULO – Preços Reais do Boi Gordo – 1975-76 (médias anuais); 1977-81 (médias mensais)



FONTE: IEA/SP (valores corrigidos pelo IGP, col. 2, de Conjuntura Econômica, para fevereiro de 1982).

@, média de junho) encontra-se ainda um pouco acima daquela alcançada em junho de 1977 (Cr$2.234,61/@). Embora esses valores configurem com relativa precisão que este ano deverá haver a reversão dos preços, a sinalização mais exata do fenômeno é o recrudescimento no abate de matrizes, registrado no segundo semestre de 1981.

Um outro sinal que corrobora essa conclusão são os preços dos bezerros e do boi magro, cuja evolução encontra-se regredindo, desde janeiro de 1980, conforme pode ser verificado no Quadro 3. Para ambas as categorias, os preços reais, em dezembro de 1981, representaram menos da metade das cotações de janeiro de 1980. O prolongado período de desvalorização dessas categorias significa que, já em 1980, prenunciava-se que os primeiros anos da década seriam desfavoráveis à pecuária. Contudo, uma visão panorâmica do setor indica que, se consolidada a tendência de liquidação do rebanho, mediante a matança exagerada de matrizes, a preservação ou aquisição de bezerros, agora, poderá significar lucratividade satisfatória em 1984, quando as cotações da carne bovina alcançarão um patamar mais elevado, refletindo a menor oferta de carne.

A expectativa para o corrente ano, é de que os preços iniciem um processo ascensional, mesmo considerando-se a pletora de oferta de bois terminados para o abate. Essa previsão baseia-se não só nos dados sobre o abate de matrizes mas, principalmente, nas modificações introduzidas na sistemática de estocagem de entressafra, já comentadas. Quanto ao mercado internacional, os fatos indicam que se deverá repetir o desempenho registrado, em 1981, muito embora as visitas de técnicos da CEE para a vistoria de frigoríficos brasileiros, formalizadas em março, indiquem uma possível maior abertura daquele mercado ao produto brasileiro.

PECUÁRIA DE LEITE

Preços não remuneradores ameaçam a produção

O ano de 1981, embora tenha-se caracterizado por um desempenho satisfatório da produção leiteira, foi bastante conturbado, no que se refere às constantes mudanças havidas na política do governo voltada para o setor. No início do ano, as medidas estimuladoras, tomadas em relação ao preço pago ao produtor, faziam crer que se daria continuidade à política de incentivo à produção, iniciada em 1980. Ressalte-se que o objetivo dessa política era o de evitar a persistência do déficit no abastecimento dos grandes centros, registrado nos anos anteriores, que obrigou o governo a recorrer ao mercado internacional. Dentro dessa ótica, os preços do litro Especial, em nível de consumidor, que eram de Cr$ 18,00/litro, em janeiro, passaram a 24,00/litro, em abril, e a 29,00/litro, em junho, estando ainda programada uma outra majoração para novembro.

A resposta a essa política foi praticamente imediata, com a produção apresentando aumentos sensíveis mensalmente. Deve-se salientar que tais incrementos deveram-se não só à atratividade dos novos preços, como à conjuntura desfavorável que atravessava a pecuária de corte, fazendo com que produtores tradicionalmente não-leiteiros passassem também a coletar maior quantidade de leite de seus rebanhos mistos. A continuidade da política estimuladora da produção encontrou um obstáculo intransponível no fraco poder aquisitivo da população. A retração do consumo provocou, em curto espaço de tempo, um tumulto no mercado, com os sacos de leite encalhando nos balcões varejistas, agravando mais ainda a crise do setor de derivados lácteos, que vinha desde o ano anterior.

Na tentativa de reverter a situação, o governo, além de cancelar o aumento previsto para novembro, reduziu, em setembro, o preço do leite Especial, no nível do consumidor, de Cr$ 43,00 para Cr$ 40,00. Agiu também sobre os produtores, com a transferência do pagamento do segundo percurso (dos postos de resfriamento para as indústrias em-

pacotadoras). Essas medidas *esfriaram* psicologicamente os produtores, não só porque significaram uma mudança vertical, dentro do mesmo ano, na política traçada, mas, também, porque foram tomadas quando a inflação mensal, no país, era da ordem de 6%. Ao ver dos produtores, essas medidas eram desnecessárias, porque o passar dos meses e o novo salário-mínimo, a partir do mês de novembro, incumbir-se-iam de fazer a regularização do mercado.

O novo reajuste de preços, a entrar em vigor em abril de 1982, constitui uma continuidade das últimas medidas tomadas, tendo em vista que favorece mais o consumidor do que o produtor. A passagem de Cr$ 29,00 para Cr$ 37,00/litro, no preço do leite Especial significa um aumento de 27,6%, praticamente a metade da taxa inflacionária registrada no período de junho de 1981 a fevereiro de 1982, que foi de 52,6%. Isto sem contar o mês de março.

A outra reivindicação dos produtores — unificação dos preços para o leite-consumo e o leite industrial, também não foi atendida, uma vez que a diferença de preços voltou a ser alargada. Na atualidade, a preços de Cr$ 29,00/litro para o leite-consumo e Cr$ 27,00/litro para o leite industrial, o diferencial é de 7,4%. A partir de abril, quando os preços serão Cr$ 37,00/litro e Cr$ 34,00/litro, respectivamente, o diferencial passará a ser de 8,8%.

Torna-se, pois, pertinente, ressaltar que a gangorra em que se transformou a política leiteira, com mudanças bruscas em curto espaço de tempo, tolhe qualquer iniciativa de longo prazo na programação da produção do pecuarista, inseguro que fica quanto à garantia de remuneração dos seus investimentos. Neste sentido, a reviravolta havida na política, a partir de setembro passado, poderá ter reflexos negativos na produção, em 1982, obrigando o governo a importar novamente leite em pó, para ser reidratado na entressafra.

A queda recente na produção da CCL, de São Paulo, constitui um sinal, ainda que tênue, de que isso poderá ocorrer no curto prazo. No início do ano, a média diária de empacotamento daquela cooperativa caiu de 1,2 milhão para 1,1 milhão de litros. Na realidade, houve um declínio maior da recepção de leite (de 1,5 para 1,3 milhão de litros/dia), mas para não prejudicar a distribuição do leite pasteurizado, a cooperativa tem sacrificado mais intensamente a produção de leite em pó. As causas apontadas para essa redução são, além dos preços considerados baixos, a menor coleta e o maior consumo nas fazendas.

Ainda a respeito da medida que reduziu em Cr$ 3,00 o preço do litro de leite Especial, tomada em setembro de 1981, pode-se assegurar que não acarretou nenhuma modificação no comportamento do consumidor, nos meses posteriores, como comprovam os dados relativos à distribuição mensal de leite na Grande São Paulo, nos anos de 1978 a 1980 (ver Quadro 1). Além disso, os valores do Quadro mencionado demonstram que o aumento de 4% no volume de leite distribuído na Grande São Paulo, registrado em 1981, em relação ao ano anterior, não reflete uma expansão real do consumo, mas, sim, uma tendência de retomada do crescimento dos anos anteriores a 1978, ano em que o volume de leite distribuído naquele núcleo urbano foi recorde.

No que respeita a Minas Gerais, principal estado leiteiro do país, a produção, em 1981, apresentou um avanço de 13,5%, em relação à do ano anterior (ver Quadro 2). Esse aumento da produção mineira, mais significativo do que o verificado na distribuição da Grande São Paulo, não expressa igualmente um avanço na produção real do estado, mas uma retomada do nível atingido nos anos de 1978 e 1979, uma vez que a produção leiteira foi atipicamente baixa (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 9).

Quanto ao Rio Grande do Sul, o crescimento da produção de 6,6%, verificado em 1981, representa, de fato, um progresso, quando se considera uma série de dados mais longa.

O aumento do preço do leite, concedido a partir de junho de 1981, provocou uma certa turbulência no

comportamento dos diferentes componentes do setor laticinista. A vigência do novo preço deu-se no momento em que o setor queijeiro estava ainda envolvido em crise, com estoques elevados e baixa liquidez. Desse modo, a reação imediata dos estabelecimentos industriais foi a redução na recepção do leite e o atraso no pagamento dos fornecedores. A menor quantidade de leite recebida ocorreu no terceiro trimestre, coincidindo, no caso de Minas Gerais, com o período de formação de quotas. A liberação dos preços do leite extra-quota, determinada pela portaria nº 38, de 7 de julho de 1981, veio reforçar a iniciativa do setor queijeiro, que, evitando a formação de uma quota elevada por parte dos produtores teria uma parcela maior de excedentes, cujo preço seria estabelecido através de livre negociação. A portaria nº 46, de 17 de setembro de 1981, veio corrigir a questão, estabelecendo um preço de Cr$ 20,00/litro do leite extra-quota, que passou a ser designado por leite-excesso.

O constante vaivém na política traçada para o setor leiteiro fez

QUADRO 1

GRANDE SÃO PAULO – Distribuição Mensal de Leite (tipos B e C) – 1978-1981
(em 1.000 litros)

Mês	1978	1979	1980	1981
Janeiro	51.280	55.473	55.633	52.132
Fevereiro	58.057	51.763	42.284	49.457
Março	55.670	57.928	48.623	54.395
Abril	46.684	54.769	44.012	52.011
Maio	53.776	57.000	49.179	54.617
Junho	57.062	51.538	47.877	52.826
Julho	52.296	53.083	46.862	52.392
Agosto	65.716	50.944	55.204	53.130
Setembro	56.504	51.083	55.688	51.728
Outubro	66.334	54.512	56.828	51.932
Novembro	55.667	52.164	52.073	52.369
Dezembro	55.285	67.405	53.674	57.948
TOTAL	674.331	657.662	607.937	632.937

FONTE: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

com que a situação do produtor no primeiro trimestre de 1982, em relação aos preços recebidos, fosse completamente adversa, quando comparada ao mesmo período dos anos anteriores. Os dados do Quadro 3 revelam que os preços do leite-consumo e do leite-indústria, no primeiro trimestre de 1982, eram superiores em apenas 52,8% e 60,32%(*), respectivamente, aos que prevaleciam em igual período do ano anterior. A respeito, releva mostrar ainda que, considerando-se que os preços dos mesmos tipos de leite do primeiro trimestre de 1981 eram 135,60% e 113,86% superiores aos de igual período de 1980, houve uma reviravolta completa na linha de tratamento dada ao setor, que passou da situação de estímulo à produção para a de favorecimento ao consumidor.

(*) A inflação no período fev/81 a fev/82 atingiu 91,7%.

Neste contexto, a expectativa é de que, devido à baixa remuneração da atividade leiteira, haja uma queda relativamente acentuada da produção na entressafra. Isto porque a ração suplementar, fator de sustentação da produção no período de estiagem, só é dada ao gado quando os preços são compensadores.

Em relação ao montante de Cr$ 20,8 bilhões para financiamento de estoques de leite em pó e de queijos, cuja liberação foi anunciada em fins do ano passado, a primeira parcela de Cr$ 7,0 bilhões foi liberada na primeira quinzena de março. Felizmente, com a reativação do mercado nos últimos meses, os estoques não são, no momento, elevados, devendo ser utilizados apenas dois terços do montante de recursos previstos. No que se refere à manteiga, o nível baixo do estoque atual poderá acarretar problemas para a reidratação de leite na entressafra. A gravidade maior ou menor da situação dependerá do nível de declínio da produção, que será registrado na próxima entressafra.

Ainda em relação aos níveis de estoques dos produtos lácteos, o aumento de preços, previsto para o iní-

QUADRO 2

BRASIL: Estados Selecionados — Produção de Leite — 1980 e 1981

Estado	1980 (1000 l)	1981 (1000 l)	1981/80 Variação (%)
Rio Grande do Sul	607.937,0	632.937,0	4,1
São Paulo(*)	1.031.585,0	1.100.000,0	6,6
Minas Gerais	2.083.719,0	2.364.940,2	13,5

(*) Refere-se apenas ao leite distribuído na Grande São Paulo.
FONTE: CEPA/RS/MG e SUNAB.

cio de abril, tem contribuído, também, para tumultuar o abastecimento de leite pasteurizado, em virtude da intensificação do processamento industrial. Essa medida dos industriais tem caráter preventivo, porque, elevando agora os níveis dos estoques, poderão adquirir menores quantidades de matéria-prima, com preços majorados, a partir de abril.

No que diz respeito à melhoria da qualidade do leite servido à população, é pertinente registrar que, a partir de janeiro de 1982, as cinqüenta indústrias empacotadoras do estado de São Paulo foram equipadas para fazer a pesquisa da presença de inibidores (antibióticos e quimioterápicos) em todos os tipos de leite. Anteriormente, essa pesquisa era somente realizada na região de Campinas, sem ter, contudo, respaldo para a condenação do leite contaminado destinado à alimentação. Essa medida, tomada pelo Serviço de Inspeção de Produtos Animais de São Paulo, que deveria ser estendida a todas as plataformas de recepção de leite do país, contribuirá grandemente para recuperar a imagem do produto perante os consumidores.

QUADRO 3

MINAS GERAIS — Preços Recebidos pelos Produtores no Primeiro Trimestre — 1980 a 1982

	Preço no 1º Trimestre (Cr$/l)					
	1980	1981	Variação (%)	1981	1982	Variação (%)
leite-consumo	7,50	17,67	135,60	17,67	27,00(*)	52,80
leite-indústria	7,00	14,97	113,86	14,97	24,00(*)	60,32

(*) Descontados os valores de Cr$ 2,00 e Cr$ 3,00, respectivamente, correspondentes ao transporte do segundo percurso.
FONTE: CEPA/MG.

SUCO CÍTRICO

Mais uma vez, ajudados pelas geadas na Flórida

Os excelentes resultados obtidos pela citricultura brasileira no ano de 1978, com um crescimento de 87,9% no valor das exportações de suco, propiciadas pela quebra da safra norte-americana de 1977, resultaram numa expansão significativa na área plantada com laranja no estado de São Paulo, maior produtor do país. Aliás, a taxa média de crescimento desta atividade, naquele estado, no período 1974/80 foi bem elevada, pois foram plantados 55,18 milhões de pés novos, 51,1% do total de pés atualmente existentes.

Como resultado daquele bom desempenho, foram plantados, em 1979, 15,9 milhões de pés, que estão entrando em produção na atual safra. Este elevado número de novos pomares permite explicar o incremento esperado para as futuras safras paulistas. Com efeito, estima-se que a safra de laranja 1981/82 do estado de São Paulo deverá chegar à casa das 185 milhões de caixas (40,8 quilogramas cada), um resultado 6% superior ao da precedente (ver Quadro 1).

Cabe registrar, porém, que, a partir de 1980, a tendência à ampliação da área plantada começou a ser revertida, tendo em vista que, em 1980 e em 1981, o número médio de novos pés plantados chegou a 2,3 milhões, ou seja, praticamente o número necessário para substituir os pés velhos que deixaram de produzir. Ressalte-se que o nível de produção já está bem próximo da capacidade instalada da indústria (ver Quadro 2) e que a produção de suco nos últimos anos não tem encontrado facilmente compradores no mercado externo. Desta forma, pode-se prever que não deverão ocorrer grandes expansões na área plantada com a cultura nos próximos anos, na medida em que um aumento no nível atual de produção iria resultar em queda nos preços recebidos pelos produtores e um conseqüente abandono dos laranjais.

Quanto aos preços que serão pagos pela indústria na safra que se inicia em maio, nada foi definido ainda e parece que deverão manter uma relação direta com o novo preço mínimo de exportação do suco, que a Cacex deverá fixar nos próximos meses. Os exportadores desejam manter o mesmo preço da safra atual, pois alegam que um aumento iria causar uma retração na demanda, na medida em que os importadores, cientes da disponibilidade de suco existente no Brasil, reduziriam suas compras, forçando a queda dos preços.

Caso seja mantido o mesmo preço de exportação, o novo valor da caixa de laranja poderia ser fixado levando-se em consideração a desvalorização cambial do período compreendido entre fevereiro de 1981 (quando foi fixado o preço mínimo da atual safra) e o mês no qual for definido o novo preço mínimo. Esta sistemática permitiria que o preço pago aos produtores fosse reajustado no mesmo nível da inflação, o que manteria o valor real recebido pelos produtores.

O atual nível de produção da indústria, aproximadamente 600 mil t/ano, já se tornou um problema há algum tempo, tendo em vista que a parcela do Brasil no mercado internacional gira em torno de 400 mil t e que este mercado tem crescido a uma taxa média anual aproximadamente 10%, inferior à taxa média de expansão da indústria brasileira. Constituem exceção, contudo, os períodos nos quais ocorrem quebras significativas na produção norte-americana, forçando aquele país a intensificar suas importações. Isto aconteceu, mais recentemente, nos anos de 1977, 1981 e 1982, quando a produção de laranja do estado da Flórida foi severamente atingida por intensas geadas, perdendo-se quase 20% da safra e reduzindo-se o rendimento industrial em aproximadamente 10% (em 1982, o rendimento industrial estava estimado inicialmente em 1,42 galão/caixa, estando estimado agora em 1,28 galão).

As quebras nas safras norte-americanas propiciaram ao Brasil, até o

momento, o escoamento de sua produção de suco concentrado de laranja sem problemas mais sérios. Contudo, a dependência de um fator tão aleatório como o clima coloca o país numa produção muito vulnerável, na medida em que a não-ocorrência de perturbações que prejudiquem a safra dos EUA resultará imediatamente num acúmulo de estoques. Isto fatalmente derrubará os preços externos do produto, trazendo enorme prejuízo para a indústria e para os citricultores brasileiros.

As conseqüências da geada que ocorreu em meados de janeiro passado e a atual situação do setor no Brasil, são um exemplo típico dos movimentos cíclicos por que passa a citricultura brasileira, em função de fatores fora de seu controle, que, na verdade, acabam sendo fatores determinantes do processo de desenvol-

QUADRO 1

LARANJA: SÃO PAULO — Número de Pés Plantados e Produção de Laranja — 1970-82

	Pés Plantados no Ano (em mil pés)	Pés Adultos (mais de 3 anos) (em mil pés)	Total de Pés Plantados (em mil pés)	Produção (em mil caixas)	Rendimento Ajustado (caixas/pés)
1970	5.000	23.433	39.000	44.350	1,9
1971	6.200	25.435	44.000	46.000	1,8
1972	6.200	38.830	50.200	60.700	1,6
1973	6.300	39.000	56.500	69.600	1,8
1974	13.518	44.000	70.018	89.000	2,0
1975	4.260	50.200	74.278	87.200	1,7
1976	5.865	52.303	75.946	101.700	1,9
1977	4.725	64.421	79.271	101.500	1,6
1978	8.058	66.600	87.329	119.200	1,8
1979	15.941	81.330	103.270	151.500	1,9
1980(*)	2.820	85.490	106.090	166.790	2,0
1981(*)	1.800	86.720	107.890	175.000	2,1
1982(**)	—	—	—	185.000	—

(*) dados preliminares.
(**) estimativa.
FONTE: IEA.

vimento, tanto do parque industrial, como do próprio setor de produção agrícola. A recente quebra de 16% na safra 1981/82 do estado da Flórida, safra esta já inferior à passada, em 5,5%, resultou no escoamento de todo o estoque de suco existente nas mãos da indústria, em janeiro (aproximadamente 160 mil t), o que trouxe certa tranqüilidade aos produtores e industriais. Estes já estavam temerosos com a perspectiva de entrarem em um novo ano comercial carregando um estoque remanescente da ordem de 170 mil t, aproximadamente. A existência de um estoque desta magnitude, acrescido à produção esperada de cerca de 600 mil t, resultaria numa oferta muito grande do produto e num volume exportável muito superior à capacidade de absorção do mercado externo, visto que o consumo interno de suco continua mantendo a mesma tendência à estagnação, ou seja, cerca de 20 mil t/ano são consumidas no mercado doméstico.

Graças, mais uma vez, à quebra na safra dos EUA, 1982 prometer ser um ano muito bom para a citricultura brasileira, a exemplo do que foi 1981, quando foram exportadas 580 mil t de suco, com uma receita de aproximadamente US$ 640 milhões, 89,0% superior à receita auferida no ano anterior (ver Quadro 3). Ao que tudo indica, este ano o Brasil conseguirá novamente escoar uma quantidade recorde de suco para o mercado internacional. De fato, já no mês de janeiro, a quantidade exportada deverá ter sido bastante

QUADRO 2

BRASIL — Capacidade Instalada da Indústria Produtora de Suco Cítrico Concentrado Segundo as Principais Empresas — 1980/81

Empresas	Capacidade Instalada (1.000 caixas)	Participação no Total
Suco Cítrico Cutrale	75.000	33,1
Citrossuco Paulista	51.500	22,8
Sucorrico Holding (Cutrale/Citrossuco)	24.000	10,6
Cargill	30.000	13,3
Frutesp	27.000	11,9
Frutropic	4.500	2,0
Citrovale	4.500	2,0
Citromogiana	4.500	2,0
Frutas Matão	3.000	1,3
Branco Peres	2.250	1,0
TOTAL	226.250	100,0

superior à verificada em igual período do ano passado, encerrando-se o ano comercial 1982/83 (em 31 de maio de 1983) com um estoque provavelmente em níveis considerados normais, entre 40 e 60 mil t.

A última estimativa do USDA acusa uma produção de suco em sua atual safra em torno de 142,95 milhões de galões, contra 180,95 milhões estimados anteriormente. Vale ressaltar que o grau de sólidos solúveis do suco vendido no mercado norte-americano foi rebaixado nesta safra para 42° Brix, contra 43,4° Brix na safra 1980/81. Isto, naturalmente, reverteu numa maior quantidade de suco produzida, na medida em que a diminuição desta graduação nada mais é do que o aumento da quantidade de água, ou seja, para a mesma quantidade de suco, tem-se, agora, 42% de sólidos solúveis, quando, na safra passada, este percentual era de 43,4%.

Quanto aos danos da geada de janeiro sobre a produção atual e so-

QUADRO 3

BRASIL: Volume e Valor das Exportações de Suco Cítrico Concentrado — 1970 a 1982

Ano	Volume (t)	Variação Anual (em %)	Valor (US$ 1.000 FOB)	Variação Anual (em %)	Preço Médio de Exportação (US$/t)	Variação Anual (em %)
1970	33.468	43,9	14.736	35,0	440,30	-6,2
1971	77.334	131,0	35.859	143,3	463,68	5,3
1972	87.156	12,7	41.499	15,7	476,14	2,7
1973	120.990	38,8	63.622	53,3	525,84	10,4
1974	108.460	-10,3	59.170	-7,0	545,54	3,7
1975	180.903	66,8	82.204	39,0	454,40	-16,7
1976	209.858	16,0	100.900	22,7	480,80	5,8
1977	213.524	1,7	177.026	75,4	829,06	72,4
1978	335.644	57,2	332.642	87,9	991,06	19,5
1979	292.200	-12,9	281.414	-15,4	963.08	-2,8
1980	401.026	37,2	338.652	20,3	844,46	-12,3
1981*	580.000	44,6	640.000	89,0	1.103,40	30,7
1982**	650.000	12,1	780.000	21,8	1.200,00	8,7

FONTE: CACEX.
* dados preliminares.
** estimativa.

bre as futuras safras da Flórida, o USDA divulgou em sua última estimativa (dados de 1º de fevereiro) uma quebra na produção 1981/82 da ordem de 16,4%, sendo que a variedade mais afetada foi a de laranjas "Valência", com uma quebra de 26% (ver Quadro 4). Esta variedade foi a que teve suas árvores menos prejudicadas na geada de 1981 e, para esta safra, esperava-se um aumento da ordem de 9%, em relação à sua quantidade colhida na safra anterior. Agora, a safra que se espera de "Valências" deverá ser 19% inferior ao

QUADRO 4

EUA — Produção de Laranja nos Principais Estados Produtores — Safras 1979/80 - 1981/82
(em mil caixas)

Estados	1979/80	1980/81	Variação Anual (em %)	1981/82	Variação Anual (em %)
Flórida					
Precoces	117.900	105.600	-10,4	82.000	-22,3
Temples	6.000	3.600	-40,0	3.000	-16,7
Valências	88.800	66.800	-24,8	54.000	-19,2
TOTAL	212.700	176.000	-17,2	139.000	-21,0
Califórnia					
Precoces	32.600	38.750	18,9	27.000	-30,3
Valências	27.000	27.500	1,9	22.000	-20,0
TOTAL	59.600	66.250	11,1	49.000	-26,0
Texas					
Precoces	2.300	2.600	13,4	3.600	38,4
Valências	1.730	1.730	—	2.400	38,7
TOTAL	4.030	4.330	7,4	6.000	38,6
Arizona					
Precoces	850	900	5,9	900	—
Valências	2.650	1.700	-35,8	1.900	11,8
TOTAL	3.500	2.600	-25,7	2.800	7,7

FONTE: Unicom News e USDA.
NOTA: 1 caixa no estado da Flórida = 40,8 kg.
1 caixa nos estados da Califórnia e do Arizona = 34,02 kg.
1 caixa no estado do Texas = 38,55 kg.

colhido em 1980/81, participando com 39% da produção estadual.

As laranjas precoces, variedades menos atingidas desta feita, com uma quebra de apenas 7,8% sobre a produção esperada em janeiro deste ano, sofreram mais com a geada de 1981, pois a atual safra (estimativa de janeiro) seria 15,7% inferior à quantidade colhida em 1980/81.

De maneira geral, contudo, parece que a geada de janeiro passado afetou um número maior de árvores do que a anterior, levando à erradicação de uma quantidade maior de laranjais, na medida em que a área atingida foi bem superior à do ano passado.

Quanto ao consumo de suco concentrado de laranja nos Estados Unidos, este deverá manter-se estável, visto que os preços reais, em nível de consumidor, deverão também seguir esta tendência, a exemplo do que ocorreu em 1981. Naquela ocasião, os processadores elevaram os preços logo após a geada; posteriormente, contudo, viram-se obrigados a reduzí-los, pois começaram a aparecer indícios de queda na quantidade consumida. Para os industriais daquele país, é mais vantajoso aumentar o nível de importações, reprocessar o suco e vendê-lo no mercado interno. Deste modo, podem praticar preços mais atrativos para o consumidor e, assim, manter o nível de vendas.

No Brasil, os industriais-exportadores já começaram a tomar algumas medidas com vista a diminuir a dependência do setor em relação aos fatores climáticos que, porventura, venham a afetar as próximas safras norte-americanas. A entrada do suco brasileiro nos mercados do Oriente Médio, em embalagem do tipo *longa vida*, é um passo importante para a penetração brasileira em novos mercados consumidores, alargando seu leque de opções e diminuindo a dependência em relação aos importadores tradicionais. Outro fator importante nesta direção foi a criação de um consórcio entre as indústrias exportadoras visando disciplinar o mercado através de um sistema de quotas de exportação, distribuídas com base na capacidade de produção de cada indústria e em sua performance nas exportações, nos últimos anos. O imposto de exportação também deverá tornar-se uma quota de contribuição, vindo a constituir um fundo financeiro que o setor utilizará para a formação de estoques e para a divulgação do produto no mercado externo. A decisão final sobre a transformação do imposto em quota de contribuições ainda não foi tomada, devendo ser discutida nas próximas reuniões do Conselho Monetário Nacional.

A aplicação destas medidas deverá resultar numa dependência menor da citricultura brasileira em relação a fatores que estão fora de seu controle, tornando o mercado mais estável e, conseqüentemente, mais estruturado.

SUINOCULTURA

A saída poderia ser o mercado internacional

A reativação sazonal do mercado de suínos, no final do ano passado, não chegou a traduzir-se num aumento real dos preços capaz de proporcionar uma recuperação da produção, no médio prazo. Na verdade, o preço real recebido pelos produtores do Sul do país, no segundo semestre de 1981, foi 9% inferior ao do primeiro semestre e 15,3% inferior ao preço médio de igual período de 1980.

Mesmo considerando-se apenas o último trimestre do ano, época de expansão das compras das indústrias, a média do preço real, naquele período de 1981, foi 6,7% inferior à média dos últimos três meses de 1980, o que deixa claro que a crise financeira pela qual passaram os suinocultores, no ano passado, foi das mais sérias. A extensão do problema pode ser mais bem avaliada, levando-se em conta que esta tradicional aceleração das compras industriais esbarrou, em 1981, numa oferta de animais terminados relativamente contraída, pois o desincentivo à produção fez com que os criadores diminuíssem seus plantéis. Assim, não causa espanto que as primeiras estimativas indi-

quem que o descarte de fêmeas reprodutoras, em 1981, tenha ultrapassado em cerca de 6% a margem considerada normal, de 30%, que se refere, basicamente, ao abate usual de fêmeas de menor produtividade.

É preciso assinalar, ainda, que, não fosse pela abundante oferta de milho verificada no ano passado, o desempenho da atividade suinícola teria sido muito mais desastroso do que o observado. De fato, a partir de agosto, a relação de preços *suíno/milho*, em todos os estados do Sul, manteve-se acima de 6,0 (ponto considerado, teoricamente, como de equilíbrio), chegando a alcançar 8,08 em novembro no Rio Grande do Sul, e mantendo-se a média regional em 6,71 nos cinco últimos meses do ano. Desta forma, unicamente devido à depressão por que passaram as cotações de milho no ano passado (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 2), a atividade de engorda de suínos mostrou-se mais vantajosa do que a venda, no mercado, do cereal produzido na propriedade, o que veio a desaconselhar um maior sacrifício de fêmeas.

Por outro lado, se, na segunda metade do ano, a relação de preços *suíno/milho*, nos estados do Sul, registrou tendência de alta, a comparação dos preços recebidos pelos suinocultores com a evolução mensal do custo de produção, no caso do Rio Grande do Sul, mostra que, à exceção dos meses de abril, novembro e dezembro, o mercado esteve francamente desfavorável à criação destes animais. A situação, como indica o Gráfico 1, deteriorou-se rapidamente, atingindo seu ponto mais crítico entre junho e julho de 1981. Justifica-se, assim, o fato de o abate de matrizes ter ultrapassado o percentual costumeiro, o que significa a exclusão de 288 mil destes animais do rebanho, no presente ano.

No entanto, se, do lado da produção, o setor suinícola beneficiou-se da farta oferta de milho, do lado do consumo agravou-se, em 1981, o quadro desfavorável à carne de porco. Tal desfavorabilidade já se colocava desde 1980 — à semelhança do ocorrido com a carne de aves — em função da queda dos preços reais da carne bovina e do papel alternativo que ainda assumem as carnes de pequenos e médios animais. Desta forma, a carne suína, que, entre outros motivos, por força de sua industrialização, disputa com a bovina os preços mais altos no comércio varejista de proteínas animais, viu-se prejudicada por uma forte retração da demanda, à medida que a queda dos preços reais da carne bovina tornava-a mais atraente para o consumidor. No nível do varejo da cidade de São Paulo (Gráfico 2), observou-se, no ano passado, que o preço médio da carne suína esteve acima do preço da carne de boi no período abril/junho e no mês de dezembro, tendo a média anual deste preço relativo repetido os 0,96 verificados em 1980. Observa-se, pelo Gráfico, que, em 1981, a relação tendeu a manter um curso menos errático do que o ocorrido em 1980. Isto denota uma maior cautela, quando da fixação dos preços da carne de porco, para evitar que a relação atingisse picos e vales acentuados.

O Gráfico 3 mostra que, em São Paulo, a carne suína foi, dos três tipos de carne de maior consumo no país, a única que, no último trimestre do ano, apresentou ascensão real de seu preço no varejo, enquanto depreciavam-se (e, bem entendido, ganhavam mercado junto ao consumidor varejista) os valores reais das carnes bovina e avícola. Fica patente, desta forma, a escassa capacidade de competição da carne suína, cujas falhas, tanto na estrutura de produção, quanto na de comercialização, dificultam sua maior penetração junto ao consumidor (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 9). Isto ainda é agravado pelo fato de que um percentual insignificante da carne suína produzida é consumido *in natura*.

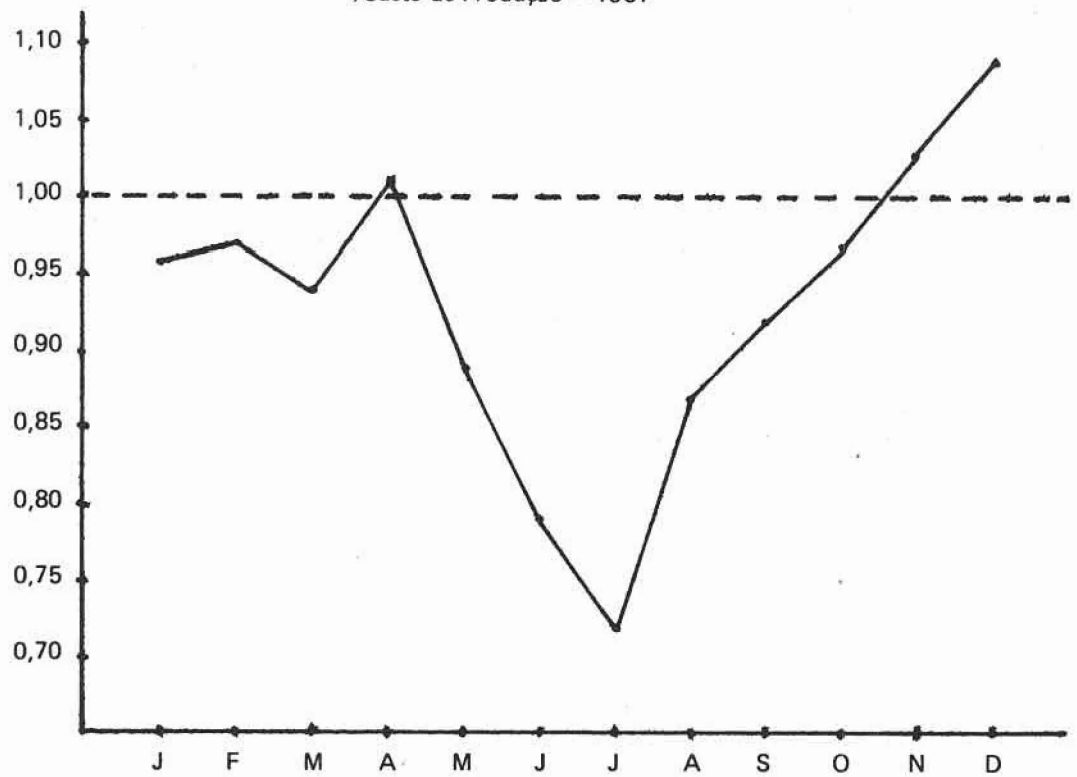
A situação é agravada, ainda, pelo fato de que o setor não tem podido contar com a exportação para escoar parte de sua produção, a exemplo do que ocorre com a avicultura. Este fato, aliado às dificuldades inerentes à estocagem da carne de suínos, e à lenta, mas constante, melhoria tecnológica do reba-

nho (via melhor conversão alimentar e gradual predominância do porco tipo carne) tem causado o aporte direto ao mercado interno da totalidade de uma produção crescente. Essa produção, por sua vez, tem que enfrentar não só o aumento da oferta de outras carnes mas, também, o fenômeno de contração da demanda por carnes em geral. Desta forma, em 1981, em um período difícil para a economia do país e em que se verificava um aumento da oferta de carne bovina, ocorreu uma oferta recorde de carne de porco, de cerca de 1,13 milhão de t, o que significou uma disponibilidade *per capita*/ano de 9,3 kg.

A despeito da recente valorização do preço do suíno terminado, o perfil do complexo carne parece

GRÁFICO 1

RIO GRANDE DO SUL: Relação Preço Médio Mensal Recebido pelo Suíno Tipo Exportação/ /Custo de Produção – 1981



FONTE: ABCS.

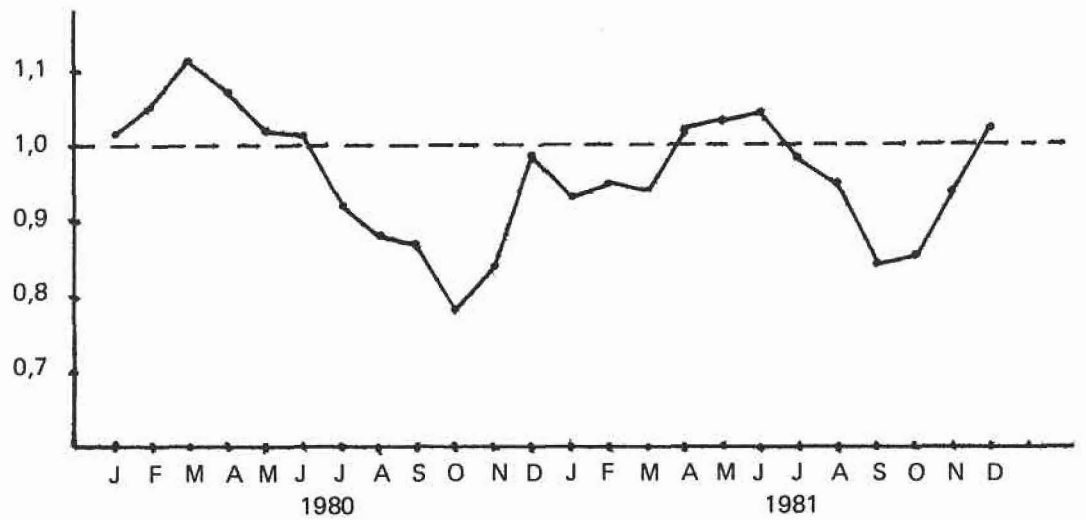
apontar para uma repetição, em 1982, dos maus resultados financeiros obtidos pelos produtores, em 1981. Tudo indica, por exemplo, que tenderão a intensificar-se os abates de bovinos no presente ano e, portanto, deverá aumentar a oferta deste tipo de carne, acarretando uma diminuição do espaço a ser ocupado pela carne de porco junto ao consumidor varejista, uma vez que seu preço médio, neste comércio, aproxima-se muito do preço dos cortes bovinos.

Por outro lado, a boa safra de milho esperada no Centro-Sul, na atual temporada, deverá continuar, a exemplo do ocorrido no ano passado, a favorecer a engorda dos animais, cobrindo-lhes os custos de alimentação, e a limitar a redução dos plantéis. A própria estrutura de produção vigente na suinocultura, voltada, primordialmente, para as pequenas propriedades de mão-de-obra caracteristicamente familiar, com produção própria de milho, desfavorece expectativas mais pessimistas, que antevejam uma acentuada queda da produção, bem como a intensificação do sacrifício de fêmeas reprodutoras.

Segundo a Comissão Estadual

GRÁFICO 2

SÃO PAULO: Relação de Preços Carne Suína/Carne Bovina no Varejo — Janeiro 1980 a Dezembro 1981



FONTE: IEA/SP.

de Planejamento Agrícola, de Santa Catarina*, o rebanho brasileiro de suínos, em 1982, é de cerca de 36 milhões de cabeças (praticamente inalterado em relação ao ano passado) sendo que 48% destes animais deverão ser abatidos, significando uma produção de carne de 1,13 a 1,14 milhão de t, mantendo-se a disponibilidade *per capita* anual em torno de 9,1 kg. A apreciação destas cifras não deixa margem a qualquer expectativa de aquecimento dos preços recebidos pelos suinocultores, durante 1982.

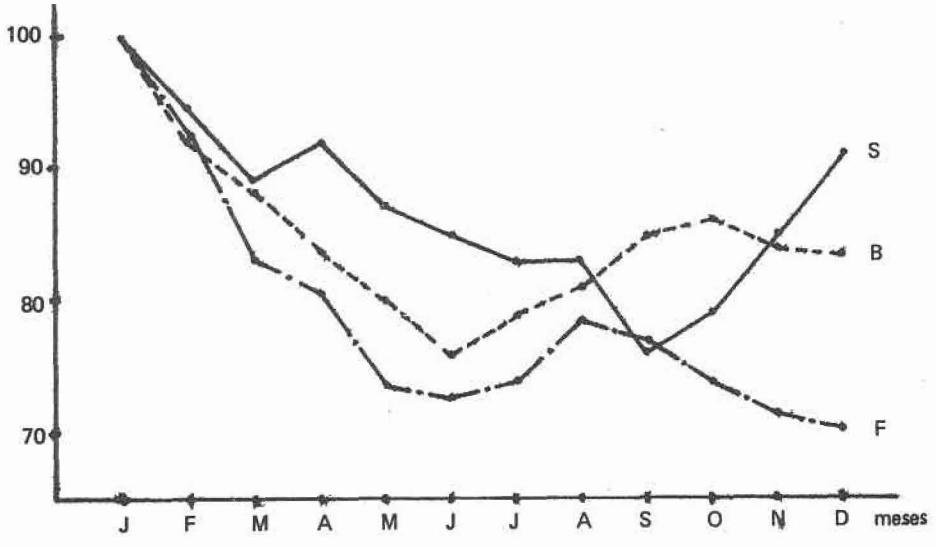
O possível ligeiro aumento, este ano, da quantidade de carne de porco ofertada, paralelamente a uma agudização da concorrência dentro do complexo carne (decorrente da perspectiva de que venha a ocorrer um aumento de 7 a 10% nos abates de bovinos no presente ano) deixa evidente que a resistência do mercado interno à absorção de carne suína será tanto maior quanto mais elevada for a relação de preços *carne suína/carne bovina* no varejo. Simultaneamente, o setor avícola prepara-se não só para defender sua parcela de mercado como, também, para tentar aumentá-la, apoiando-se no seu preço mais atraente e na facilidade (ainda bastante inexplorada) de que dispõe para proceder a diversificações na apresentação de seus produtos ao consumidor.

O pouco campo de manobra que resta à carne suína dificulta argumentações otimistas quanto a uma melhoria do balanço financeiro dos criadores no presente ano. Seria interessante uma maior atenção governamental para este setor, pelo menos no que diz respeito a uma agilização da reabertura das vendas ao mercado internacional, de forma a livrar a suinocultura das dificuldades originárias de sua dependência do mercado interno.

* Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, janeiro de 1982.

GRÁFICO 3

Índices de Preços Reais Mensais no Varejo de São Paulo do Frango Limpo (F), Carne Bovina (B) e Carne Suína (S) — Janeiro a Dezembro de 1981 (Janeiro = 100)



FONTE: IEA/SP.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Luiz Aranha Corrêa do Lago

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 · RIO DE JANEIRO · RJ - BRASIL